Reunião de 13 de outubro de 2026

------- Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro, realizada no dia treze de outubro do ano de dois mil e vinte e seis. ----------
------- Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e quinze minutos, na Casa das Artes e Ofícios do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Câmara, António Joaquim Pimentel e, com a presença dos excelentíssimos senhores vereadores, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, Márcia Paula Teixeira Barros, Daniel Fernando Ribeiro Salgado e José António Freitas e, comigo, Maria José Miguel Lopes, chefe da Divisão de Contratualização, Informática e Administrativa, a secretariar, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Mogadouro. ----------
------- Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente da Câmara, António Joaquim Pimentel, foi deliberado proceder, de seguida, à apreciação e votação dos seguintes pontos: ----------

------- **BALANCETE: -** Foi presente o balancete (resumo diário de tesouraria) do pretérito dia doze de outubro de dois mil e vinte e seis. Verificou-se um total de disponibilidades na importância de seis milhões, quatrocentos e trinta mil, novecentos e trinta e um euros e noventa e dois cêntimos (6.430.931,92€). ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

------- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE ANTÓNIO JOAQUIM PIMENTEL:** - O senhor presidente propôs nos termos do disposto do artigo 26.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que se inclua na ordem do dia desta reunião o seguinte assunto: ----------
------- **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO AUTO DE CONFORMIDADE E ENTREGA DO PONTÃO DO AZIBO – MEDIDA DE MITIGAÇÃO MM14, SUBMEDIDA MC.5.06, DO APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DO BAIXO SABOR, E AUTORIZAÇÃO PARA A RESPETIVA OUTORGA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------
------- **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO/DECLARAÇÃO E NÃO OPOSIÇÃO À CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E DA TITULARIDADE DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE HOTEL (PROCESSO N.º 30/26)** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------
------- Foi deliberado por unanimidade aprovar nos termos referidos a inclusão dos assuntos a título excecional na ordem do dia. ----------

*****

------- **COMUNICAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE ANTÓNIO JOAQUIM PIMENTEL:** - O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo da sua participação na Jornada/Jantar de Intercâmbio promovida pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento da Região Administrativa Especial de Macau (IPIM), realizada na Fundação AEP, no Porto. ----------
------- A iniciativa contou com a presença do Presidente da AMBS, do Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo, do Vereador da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, do Secretário Executivo e de diversos empresários, constituindo um importante momento de diálogo, partilha de experiências e identificação de novas oportunidades de cooperação e investimento. ----------

*****

------- **VOTO DE PESAR**: - Por proposta do Executivo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes votos de pesar: ----------
------- Pelo falecimento do pai da funcionária desta Autarquia, Lúcia Amélia Silva Cordeiro, o senhor, Luís Edgar Silva e, apresentar as sentidas condolências à família enlutada. ----------
------- Pelo falecimento da mãe da funcionária desta Autarquia, Maria de Lurdes Martins Dias, a senhora, Lurdes da Assunção Martins e, apresentar as sentidas condolências à família enlutada. ----------
------- Pelo falecimento do senhor Rev. Padre José Telmo Ferraz: ----------
------- "O Padre Telmo Ferraz, natural de Bruçó, localidade deste concelho de Mogadouro, nasceu a 25 de novembro de 1925. ----------
Foi ordenado sacerdote em 1951, dedicando-se ao trabalho pastoral e social, destacando-se pelo apoio aos trabalhadores da barragem de Picote em Miranda do Douro e pela fundação da Casa do Gaiato de Malanje, em Angola, em 1963. ----------
Ao longo da sua vida, o Padre Telmo Ferraz publicou diversas obras literárias que refletem a sua experiência e compromisso social. ----------
Essas obras abordam temas como a vida dos trabalhadores, a experiência missionária em Angola e reflexões espirituais, evidenciando o profundo compromisso do Padre Telmo Ferraz com as comunidades que serviu. (agencia.ecclesia.pt). ----------
O Padre Telmo Ferraz faleceu no passado dia 5 de outubro do corrente ano, deixando assim um legado de dedicação e serviço às comunidades que acompanhou ao longo da sua vida. ----------
O município de Mogadouro apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Padre Telmo Ferraz à sua família e à Casa do Gaiato de Malanje, Angola, localidade na qual será sepultado." ----------

*****

------- **COMUNICAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE ANTÓNIO JOAQUIM PIMENTEL:** - O Senhor Presidente comunicou ao Executivo que esteve presente, em Aveiro, no Congresso Nacional da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), tendo integrado o painel dedicado à territorialização da pobreza e à partilha de boas práticas e políticas sociais de sucesso na gestão autárquica, juntamente com os Presidentes das Câmaras Municipais de Matosinhos e do Fundão. ----------

------- O Senhor Presidente informou o Executivo de que, nesse mesmo dia, estiveram presentes nas instalações da Câmara Municipal a Polícia Judiciária (PJ), na sequência de uma denúncia anónima relacionada com o «Terra Quente Saúde – Polo Mogadouro», nomeadamente no que respeita a uma fatura da empresa «Alumínios Amado, Unipessoal, Lda.». ----------

Salientou ainda que o Município não suportou quaisquer encargos financeiros com as obras de recuperação da antiga cantina escolar. ----------

------- Por fim, deu conhecimento ao Executivo do Despacho n.º 225/MAEN/2026, o qual passou a ler: ----------

-------"Considerando a vontade firme e a solicitação fundamentada do Município de Mogadouro de desafetação do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio. ----------

Considerando que, através do Despacho n.º 307/MAEN/2025, de 17 de setembro, foi reiterada a desafetação do Município de Mogadouro, com efeitos a 11 de março de 2025. ----------

Considerando que se revela conveniente confirmar expressamente o sentido, o alcance e a eficácia temporal da decisão de desafetação. ----------

Considerando que o presente despacho tem natureza estritamente clarificadora, limitando-se a confirmar a decisão anteriormente adotada e a respetiva eficácia temporal. ----------

Ao abrigo das competências previstas no n.º 1 do artigo 8.º e nos n.os 1 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 87-A/2025, de 25 de julho, no n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro, no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro, bem como no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 156.º do Código do Procedimento Administrativo: ----------

1. Reitero e confirmo a desafetação do Município de Mogadouro do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, criado pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com efeitos desde 11 de março de 2025. ----------

2. Remeta-se o presente despacho ao Município de Mogadouro, às Águas do Norte, S.A., com conhecimento da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A." ----------

ORDEM DO DIA

1 **ATA** – APROVAÇÃO DA ATA N.º 16/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026. ----------

2 **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO PEDIDO DE INSCRIÇÃO DO «CHOCALHEIRO DE BEMPOSTA» NO INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

3 **GABINETE DO PRESIDENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE À ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO/CONTRATO-PROGRAMA COM O #PORTUGALMEDIALAB – APOIO AO FUNCIONAMENTO DE PONTOS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

4 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: TRATODOURO LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

5 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: GONÇALO FILIPE REIS FELIX** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ---

6 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MANPREET** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

7 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MICAEL CASTRO UNIPESSOAL LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

8 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: ESTAÇÃO DE CORTE SOLUÇÕES EM VIDRO LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

9 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: CARLOS MANUEL TOMÉ** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

10 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: PEDRO MIGUEL CABELEIRA ANDRADE** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

11 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: FRANCISCO MANUEL FERNANDES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

12 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: PAULO EDUARDO RATO PARREIRA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

13 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: JOSÉ MANUEL GUERRA, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ---

14 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: DANIELA DOS ANJOS LEAL DIAS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

15 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA OBRA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

16 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – REMODELAÇÃO DO PISO 0 DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO (BALCÃO ÚNICO) – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

17 **DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJECTO E CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO MUNICIPAL NO COMPLEXO DESPORTIVO – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA OBRA** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

18 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE AO AUTO DE EMBARGO DE OBRAS - JOSÉ VILELA DA COSTA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

19 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE AO AUTO DE EMBARGO DE OBRAS – ANTÓNIO SÁ** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

20 **DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO SEM LICENÇA MUNICIPAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

21 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – REQUERENTE: CONSUMIDOR N.º 2094** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

22 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE À RECLAMAÇÃO E PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO – APOIO À EXTENSÃO DE RAMAL / POSTO DE TRANSFORMAÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

23 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO APOIO À INICIATIVA EMPRESARIAL E ECONÓMICA NAS ÁREAS AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO - REQUERENTE: AUGUSTO JOAQUIM LOPES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

24 **DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO - REQUERENTE: CASTMOG – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CASTANHA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

25 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE REANÁLISE DAS OBRAS HABITACIONAIS: PROCESSO N.º 10/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

26 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 39/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

27 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 53 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

28 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 58 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

29 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 60 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

30 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 61 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

31 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO**

ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 62 – ANO LETIVO 2026/2027 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

32 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 63 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

33 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 64 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

34 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 65 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

35 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 66 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

36 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 67 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

37 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 68 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

38 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 69 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

39 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO**

PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 70 – ANO LETIVO 2026/2027 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

40 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 71 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

41 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 72 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

42 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 73 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

43 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 74 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

44 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 75 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

45 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 76 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

46 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 77 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

47 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 78 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

48 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 79 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

49 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 80 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

50 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 81 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

51 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 82 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

52 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 83 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

53 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 84 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

54 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 85 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

55 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 86 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

56 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 87 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

57 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 88 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

58 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 89 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

59 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 90 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

60 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 91 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

61 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 92 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

62 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 93 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

63 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 94 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

64 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO**

ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 95 – ANO LETIVO 2026/2027 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

65 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 96 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

66 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 97 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

67 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 98 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

68 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 99 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

69 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 100 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

70 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 101 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

71 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 102 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

72 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO**

PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 103 – ANO LETIVO 2026/2027 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

73 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 104 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

74 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 105 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

75 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 106 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

76 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 107 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

77 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 108 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

78 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 109 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

79 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 110 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

80 **UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 111 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

81 **UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA A PRÁTICA DE AULAS DE JIU-JITSU BRASILEIRO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

82 **UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO/DONATIVO – REQUERENTE: FUTEBOL CLUBE MOGADOURENSE ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA – 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

83 **UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À ALTERAÇÃO DO HORÁRIO – AULA IOGA – GIRASOLO – COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

84 **UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE ÀS NORMAS DE CONCURSO INTERMUNICIPAL DE LEITURA SÉNIOR – FASE MUNICIPAL – MOGADOURO – 23 DE OUTUBRO DE 2026** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

85 **UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

86 **UNIDADE ORGÂNICA DE CULTURA E TURISMO (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ORÇAMENTO DOS GORAZES – 2026** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

87 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À ALTERAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

88 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 4.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

89 **UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

90 **MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO COM VIATURA MUNICIPAL EQUIPADA DE SOM NO CONCELHO DE MOGADOURO - I ENCONTRO DE MISSIONÁRIOS DIGITAIS** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. ----------

91 **GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO AUTO DE CONFORMIDADE E ENTREGA DO PONTÃO DO AZIBO – MEDIDA DE MITIGAÇÃO MM14, SUBMEDIDA MC.5.06, DO APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DO BAIXO SABOR, E AUTORIZAÇÃO PARA A RESPETIVA OUTORGA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

92 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE BAR/ESPLANADA – SITO NA RIBEIRA DO JUNCAL – ATA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

93 **DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO/DECLARAÇÃO E NÃO OPOSIÇÃO À CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E DA TITULARIDADE DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE HOTEL (PROCESSO N.º 30/26)** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ----------

------- **1 ATA – APROVAÇÃO DA ATA N.º 16/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 2026:** - Foi presente a ata da reunião ordinária do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, cuja cópia foi previamente distribuída a todos os membros do executivo. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade dos presentes. ----------

------- **2 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL AO PEDIDO DE INSCRIÇÃO DO «CHOCALHEIRO DE BEMPOSTA» NO INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, António Pimentel, datada de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"**PROPOSTA** ----------

Emissão de parecer favorável ao pedido de inscrição do «Chocalheiro de Bemposta» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial ----------

I — Enquadramento ----------

a. O Município de Mogadouro foi notificado pelo Património Cultural, Instituto Público (PC, IP), através do ofício com a referência GP 79992, para se pronunciar, mediante a emissão de parecer, sobre o pedido de inscrição da manifestação cultural denominada «Chocalheiro de Bemposta» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, para efeitos de prosseguimento do processo de inventariação. ----------

b. O referido procedimento foi desencadeado pela Maschocalheiro — Associação de Bemposta, entidade que tem desenvolvido um trabalho continuado de investigação, preservação, valorização e divulgação desta manifestação cultural, profundamente enraizada na identidade e na memória coletiva da comunidade de Bemposta e do concelho de Mogadouro. ----------

II — Fundamentação ----------

a. O Chocalheiro de Bemposta constitui uma das mais singulares manifestações do património cultural imaterial do concelho de Mogadouro, integrando o universo dos rituais de máscara do ciclo de inverno, característicos de Trás-os-Montes e da região transfronteiriça. ----------

b. A tradição, que se realiza anualmente nos dias 26 de dezembro e I de janeiro, nas localidades de Bemposta e Lamoso, apresenta características próprias que a distinguem de outras manifestações culturais congéneres, associando elementos da religiosidade popular, da tradição oral, do simbolismo da máscara e da participação comunitária. ----------

c. A figura do Chocalheiro, o ritual de escolha de quem enverga o traje, a intervenção do mordomo e do guia, o cumprimento de promessas e o tradicional peditório constituem elementos de uma prática cultural transmitida entre gerações, que permanece viva graças ao envolvimento e ao compromisso da comunidade local. ----------

d. Mais do que uma manifestação festiva, o Chocalheiro representa um importante elemento de identidade e pertença, contribuindo para a preservação da memória coletiva, para o fortalecimento dos laços comunitários e para a valorização das tradições e dos saberes que caracterizam o território. ----------

e. Importa recordar que o Município de Mogadouro já reconheceu formalmente a relevância desta manifestação cultural, tendo a Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 27 de julho de 2021, deliberado, por unanimidade, declarar o Chocalheiro de Bemposta Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal. ----------

f. Esta decisão mereceu igualmente aprovação unânime da Assembleia Municipal de Mogadouro, na sua sessão ordinária de 18 de setembro de 2021, tendo a respetiva declaração sido formalizada em 4 de abril de 2022, após a realização do procedimento de consulta pública. ----------

g. Neste sentido, o pedido de inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial constitui uma evolução natural do processo de reconhecimento e valorização desta manifestação, permitindo reforçar a sua proteção, promover o conhecimento público da tradição e contribuir para a adoção de medidas que assegurem a sua continuidade e transmissão às gerações futuras. ----------

h. O Município de Mogadouro considera, por isso, que a inscrição do Chocalheiro de Bemposta no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial representa um passo importante na valorização do património cultural do concelho e no reconhecimento do trabalho desenvolvido pela comunidade de Bemposta, pela associação proponente e por todos aqueles que, ao longo das gerações, têm contribuído para manter viva esta tradição. ----------

III — Proposta de deliberação ----------

Face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal de Mogadouro delibere: ----------

1 . Emitir parecer favorável ao pedido de inscrição da manifestação cultural denominada «Chocalheiro de Bemposta» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, reconhecendo a sua relevância enquanto expressão representativa da identidade cultural da comunidade de Bemposta e do concelho de Mogadouro. ----------

2. Determinar a comunicação da presente deliberação ao Património Cultural, Instituto Público, para efeitos de instrução e prosseguimento do procedimento de inscrição do Chocalheiro de Bemposta no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, remetendo-se, para o efeito, a respetiva certidão de deliberação." ----------

------- Após análise e de acordo com a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

1 - Emitir parecer favorável ao pedido de inscrição da manifestação cultural denominada «Chocalheiro de Bemposta» no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, reconhecendo a sua relevância enquanto

expressão representativa da identidade cultural da comunidade de Bemposta e do concelho de Mogadouro. ----------
2- Determinar a comunicação da presente deliberação ao Património Cultural, Instituto Público, para efeitos de instrução e prosseguimento do procedimento de inscrição do Chocalheiro de Bemposta no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, remetendo-se, para o efeito, a respetiva certidão de deliberação. ----------

------- **3 GABINETE DO PRESIDENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE À ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO AO ACORDO DE COLABORAÇÃO/CONTRATO-PROGRAMA COM O #PORTUGALMEDIALAB – APOIO AO FUNCIONAMENTO DE PONTOS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil seiscentos e trinta e um barra dois mil e vinte e seis, datada de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------" ----------

1. Enquadramento ----------
Foi remetida ao Município de Mogadouro uma proposta de celebração de Acordo de Colaboração/Contrato-Programa com o #PortugalMediaLab – Estrutura de Missão para a Comunicação Social, tendo por objeto a implementação, no território municipal, de um mecanismo de apoio ao funcionamento de pontos de venda de publicações periódicas impressas. ----------
De acordo com a Cláusula 1.ª da minuta remetida, o Acordo visa regular os termos da colaboração entre o Estado, através do #PortugalMediaLab, e o Município, no âmbito do regime temporário de apoio à distribuição de imprensa escrita em territórios de baixa densidade, encontrando-se o respetivo enquadramento jurídico identificado no artigo 22.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no Decreto-Lei n.º 384/87 e no n.º 2 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 105/2026, de 26 de maio. ----------
O apoio destina-se especificamente a contribuir para a manutenção da disponibilidade de imprensa escrita em papel nos territórios de baixa densidade populacional, reforçando a sustentabilidade dos respetivos pontos de venda. ----------
2. Interesse público municipal ----------
A adesão do Município de Mogadouro a este mecanismo considera-se revestida de manifesto interesse público local, atendendo às características demográficas e territoriais do concelho e à importância de garantir à população o acesso regular à informação e à imprensa escrita. ----------
O próprio Acordo identifica como objetivos do apoio: ----------
a) A prevenção do agravamento de situações de desertificação noticiosa; ----------
b) A promoção da coesão territorial no acesso à imprensa livre, profissional e de qualidade; ----------
c) A preservação da continuidade do acesso à imprensa escrita em papel, especialmente para as populações com maiores dificuldades de acesso e consumo através de meios digitais. ----------
Estes objetivos assumem particular relevância num território de baixa densidade como Mogadouro, caracterizado por uma população dispersa por uma extensa área territorial e por uma estrutura demográfica envelhecida, na qual subsistem segmentos significativos da população para quem a imprensa escrita continua a constituir um importante meio de acesso à informação. ----------
A manutenção dos pontos de venda existentes assume, por isso, uma dimensão que ultrapassa o mero apoio a uma atividade económica, contribuindo para a igualdade de oportunidades no acesso à informação, para a inclusão das populações menos familiarizadas com os meios digitais e para a própria coesão territorial. ----------

3. Duração e financiamento ----------

Nos termos da minuta apresentada, o Acordo vigorará pelo prazo de 36 meses, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da respetiva assinatura. ----------

O #PortugalMediaLab atribuirá ao Município um apoio financeiro anual, cujo montante é determinado em função da população residente: ----------

• 3.500,00 € por ano, para municípios de baixa densidade com menos de 5.000 habitantes; ou -------

• 2.500,00 € por ano, para municípios de baixa densidade com mais de 5.000 e menos de 10.000 habitantes. ----------

O apoio será pago em três prestações, correspondentes a cada ano de vigência do Acordo, encontrando-se as segunda e terceira prestações dependentes da apresentação e validação dos respetivos relatórios anuais. ----------

A minuta admite ainda que o Município complemente o apoio atribuído pelo #PortugalMediaLab através de apoio financeiro municipal adicional, até ao limite de 20% do apoio atribuído, tratando-se, contudo, de uma faculdade e não de uma obrigação municipal. ----------

4. Seleção dos pontos de venda

A Cláusula 7.ª estabelece que compete ao Município optar entre concentrar o apoio num único ponto de venda ou distribuí-lo por mais do que um, devendo essa decisão atender a critérios de racionalidade territorial, interesse público e adequação às necessidades da população residente. -----

Por sua vez, a Cláusula 8.ª determina que compete ao Município decidir a localização e contratualizar com os operadores dos pontos de venda a apoiar, devendo a escolha ser devidamente fundamentada e considerar, designadamente: ----------

• a distância ao ponto de venda mais próximo; ----------

• o funcionamento regular do estabelecimento e a estabilidade da respetiva abertura ao público; -----

• a localização e acessibilidade para a população, designadamente a proximidade a zonas habitadas ou locais de afluência; ----------

• as características do território municipal e a distribuição dos pontos de venda. ----------

Considerando estes critérios e a realidade atualmente existente no concelho de Mogadouro, **propõe-se que sejam selecionados os seguintes estabelecimentos:** ----------

1. Livraria Preto no Branco, com sede em Praça Eng. Duarte Pacheco, s/n, 5200-212 Mogadouro, com o NIF 201708329; ----------

2. Letras Específicas Lda [Livraria Carvalho], com sede em Largo Trindade Coelho n.º 4, 5200-213, Mogadouro, com o NIF 515788481. ----------

A seleção proposta fundamenta-se, desde logo, no facto de, de acordo com o levantamento efetuado, serem estes os únicos dois estabelecimentos/pontos de venda desta natureza existentes no concelho de Mogadouro, assegurando a disponibilização ao público de publicações periódicas impressas. ----------

A opção pelo apoio a ambos permite, assim, assegurar um tratamento equitativo dos operadores existentes, evitando a exclusão de qualquer dos pontos de venda que atualmente asseguram este serviço à população. ----------

Acresce que esta solução se considera consentânea com os princípios de interesse público, objetividade e não discriminação subjacentes ao Acordo, permitindo que o apoio público contribua para preservar a totalidade da rede de pontos de venda de imprensa escrita atualmente existente no concelho. ----------

5. Repartição do apoio ----------

Atendendo a que se propõe a seleção de mais do que um ponto de venda, o Acordo determina que a repartição do apoio seja efetuada segundo critérios objetivos e não discriminatórios. ----------

Neste contexto e considerando que os dois estabelecimentos identificados desempenham a mesma função de disponibilização de publicações periódicas à população e que o objetivo fundamental do programa consiste precisamente na preservação da continuidade destes pontos de venda, considera-

se adequado propor, salvo existência de elementos objetivos que justifiquem solução diferente, a repartição do apoio financeiro em partes iguais pelos dois operadores selecionados. ----------
Esta solução apresenta-se como simples, transparente, objetiva e não discriminatória, assegurando igualdade de tratamento entre os dois únicos pontos de venda identificados no território municipal. -
6. Obrigações decorrentes da adesão ----------
A adesão ao Acordo implicará para o Município, designadamente, as seguintes obrigações: ---------
a) Aplicar o apoio exclusivamente nas finalidades previstas no Acordo; ----------
b) Selecionar os pontos de venda de acordo com os critérios estabelecidos; ----------
c) Celebrar instrumentos contratuais escritos com os respetivos operadores; ----------
d) Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelos beneficiários; ----------
e) Apresentar anualmente ao #PortugalMediaLab relatório de execução, identificando os pontos de venda apoiados, os montantes atribuídos, eventual comparticipação municipal complementar e quaisquer alterações relevantes ocorridas durante o período em causa; ----------
f) Facultar ao #PortugalMediaLab a informação necessária ao acompanhamento e monitorização da execução do Acordo. ----------
Os contratos a celebrar com os operadores deverão ainda estabelecer, designadamente, o montante e condições de pagamento do apoio, as obrigações dos beneficiários, as condições de funcionamento dos pontos de venda e as consequências decorrentes de eventual incumprimento. ----------
7. Proposta ----------
Face ao exposto, considerando o interesse público associado à manutenção do acesso da população do concelho de Mogadouro à imprensa escrita e a oportunidade de beneficiar do mecanismo de financiamento disponibilizado pelo Estado, considera-se tecnicamente fundamentada e vantajosa a adesão do Município de Mogadouro ao Acordo de Colaboração/Contrato-Programa proposto pelo #PortugalMediaLab. ----------
Nestes termos, propõe-se que o assunto seja submetido à apreciação e deliberação da Câmara Municipal, para efeitos de: ----------
1. Aprovar a adesão do Município de Mogadouro ao Acordo de Colaboração/Contrato-Programa com o #PortugalMediaLab – Estrutura de Missão para a Comunicação Social; ----------
2. Aprovar a respetiva minuta de Acordo de Colaboração/Contrato-Programa; ----------
3. Selecionar, para efeitos de atribuição do apoio, a Livraria Carvalho e a Livraria Preto e Branco, por serem os únicos pontos de venda desta natureza identificados no concelho de Mogadouro, assegurando ambos a disponibilização de publicações periódicas impressas à população; ----------
4. Aprovar a repartição, em partes iguais, do apoio financeiro disponibilizado pelo #PortugalMediaLab entre os dois pontos de venda selecionados, em observância de critérios de objetividade, igualdade e não discriminação; ----------
5. Não atribuir, nesta fase, comparticipação financeira municipal complementar, ou aprovar uma comparticipação financeira municipal, nos termos permitidos pela Cláusula 6.ª do Acordo; ----------
6. Autorizar a celebração dos contratos de subvenção com os operadores dos pontos de venda selecionados, de acordo com a minuta anexa ao Acordo e após confirmação do cumprimento dos requisitos aplicáveis; ----------
7. Autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a proceder à assinatura do Acordo e dos demais instrumentos necessários à respetiva execução; ----------
8. Determinar que a deliberação relativa à seleção dos pontos de venda e à eventual atribuição de cofinanciamento municipal seja comunicada à Assembleia Municipal, nos termos previstos na Cláusula 8.ª do Acordo. ----------
Anexos: ----------
- Minuta do Acordo de Colaboração / Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Mogadouro e o PortugalMediaLab – Estrutura de Missão para a Comunicação Social; ----------
- Minuta do Contrato de Subvenção a celebrar com os pontos de venda. ----------
É quanto me cumpre informar, submete-se à consideração superior." ----------

------- Após análise e de acordo com a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: ----------
1. Aprovar a adesão do Município de Mogadouro ao Acordo de Colaboração/Contrato-programa com o #PortugalMediaLab – Estrutura de Missão para a Comunicação Social; ----------
2. Aprovar a respetiva minuta de Acordo de Colaboração/Contrato-Programa;
3. Selecionar, para efeitos de atribuição do apoio, a Livraria Carvalho e a Livraria Preto e Branco, por serem os únicos pontos de venda desta natureza identificados no concelho de Mogadouro, assegurando ambos a disponibilização de publicações periódicas impressas à população; ----------
4. Aprovar a repartição, em partes iguais, do apoio financeiro disponibilizado pelo #PortugalMediaLab entre os dois pontos de venda selecionados, em observância de critérios de objetividade, igualdade e não discriminação; ------
5. Não atribuir, nesta fase, comparticipação financeira municipal complementar, ou aprovar uma comparticipação financeira municipal, nos termos permitidos pela Cláusula 6.ª do Acordo; ----------
6. Autorizar a celebração dos contratos de subvenção com os operadores dos pontos de venda selecionados, de acordo com a minuta anexa ao Acordo e após confirmação do cumprimento dos requisitos aplicáveis; ---------
7. Autorizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal a proceder à assinatura do Acordo e dos demais instrumentos necessários à respetiva execução; ----------
8. Determinar que a deliberação relativa à seleção dos pontos de venda e à eventual atribuição de cofinanciamento municipal seja comunicada à Assembleia Municipal, nos termos previstos na Cláusula 8.ª do Acordo. -------

------- **4 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: TRATODOURO LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento da empresa Tratodouro, Lda, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1332", com sede na Reta de Vale da Madre, n.º 34, 5200-217 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e dezassete barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Após análise da documentação verificou-se que a Requerente iniciou atividade em 01/06/1987, com a Natureza Jurídica de Sociedade por Quotas, dedicando-se à atividade de Comércio por grosso de máquinas e equipamentos agrícolas e suas peças e acessórios, com o CAE Principal 46610. ----------

Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------
São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento:
a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte; ----------
b) Identificação do representante legal; ----------
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar; ----------
d) Identificação clara do apoio pretendido; ----------
e) Natureza jurídica do candidato; ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças); ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social); ----------
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador; ----------
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos; ----------
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro; ----------
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social; ----------
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; ----------
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento; ----------
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos; ----------
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito. ----------
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego. ----------
- RCBE ----------

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5000 euros**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º. Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------
À Consideração Superior." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar

esta empresa por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **5 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: GONÇALO FILIPE REIS FELIX** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -
Foi presente um requerimento de, Gonçalo Filipe Reis Felix, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1473", com morada fiscal na Rua da Igreja, n.º 5, 5350-201 – Castro Vicente, concelho de Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e vinte e dois barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente tem a natureza jurídica de Empresário em Nome Individual e que se dedica à atividade Fabricação de outros produtos de carpintaria para a construção, com o CAE Principal 16230. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 08/06/2026. ----------
Releva referir que **o presente requerimento está abrangido pelos Casos Condicionados previstos no n.º 2 do Artigo 3.º** do Regulamento Aplicável, o qual estabelece que "Os apoios à criação do próprio posto de trabalho do titular da empresa, ou do empresário em nome individual, apenas receberão o incentivo inicial de 5000 euros…". ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;
b) Identificação do representante legal;
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;
d) Identificação clara do apoio pretendido;

e) Natureza jurídica do candidato;

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador;
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social;
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos;
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito.
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego.

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, nos termos do Artigo 13.º do Regulamento em vigor, chamando a atenção para o facto de se tratar da **criação do próprio posto de trabalho**, um caso condicionado pelo n.º 2 do Artigo 3.º do clausulado aplicável, situação em que **só haverá lugar ao pagamento do incentivo de 5.000€ (cinco mil euros)**, os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º. Assim, da análise documental realizada, conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------

Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------

------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar este empresário em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------

------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação do próprio posto de trabalho os quais serão liquidados nos

termos do n.º 2 do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------

------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **6 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MANPREET** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, MANPREET, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1559", com morada fiscal na Avenida de Espanha, n.º 54, 5200-207 – Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------

------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e vinte e sete barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente tem a natureza jurídica de Empresário em Nome Individual e que se dedica à atividade de Comércio a retalho em supermercados e hipermercados, com o CAE Principal 47111. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 22/06/2026. ----------

Foi efetuada consulta junto da Segurança Social, tendo-se verificado que o requerente não se encontra a exercer funções por conta de qualquer entidade empregadora, desenvolvendo a sua atividade profissional exclusivamente na qualidade de Empresário em Nome Individual. ----------

Releva referir que **o presente requerimento está abrangido pelos Casos Condicionados previstos no n.º 2 do Artigo 3.º** do Regulamento Aplicável, o qual estabelece que "Os apoios à criação do próprio posto de trabalho do titular da empresa, ou do empresário em nome individual, apenas receberão o incentivo inicial de 5000 euros…". ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte; ----------

b) Identificação do representante legal; ----------

c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar; ----------

d) Identificação clara do apoio pretendido; ----------

e) Natureza jurídica do candidato; ----------

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças); ----------

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social); ----------

g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador; ----------

h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos; ----------

i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro; ----------

j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social; ----------
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; ----------
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento; ----------
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos; ----------
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito. ----------
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego. ----------

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, nos termos do Artigo 13.º do Regulamento em vigor, chamando a atenção para o facto de se tratar da **criação do próprio posto de trabalho**, um caso condicionado pelo n.º 2 do Artigo 3.º do clausulado aplicável, situação em que **só haverá lugar ao pagamento do incentivo de 5.000€ (cinco mil euros)**, os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º. Assim, da análise documental realizada, conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar esta empresária em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação do próprio posto de trabalho os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **7 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: MICAEL CASTRO UNIPESSOAL LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Micael Castro Unipessoal, LDA, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1007", com morada fiscal na Rua Dr. Vergílio Pimentel de Carvalho, n.º 3, 5200-222 – Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do

"Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ---------- ------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e trinta barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ---------- -------" .....

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente tem a natureza jurídica de Empresário em Nome Individual e que se dedica à atividade de Apoio à Agricultura, com o CAE 01610. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 29/01/2026. ---- Apesar de os formulários relativos ao pedido de apoio se encontrarem datados de 23/02/2026, os mesmos apenas deram entrada nos serviços do Balcão Único desta Câmara Municipal em 13/05/2026, pelo que, para efeitos de tramitação do procedimento, considera-se como data de apresentação do pedido inicial o dia 13/05/2026. ----------

Releva referir que **o presente requerimento está abrangido pelos Casos não elegíveis e Condicionados previstos na alínea a) do n.º 1 do Artigo 3.º** do Regulamento Aplicável, o qual estabelece que ----------

"1) Os apoios à contratação previstos no presente Regulamento não se aplicam nos seguintes casos: ----------

a) Criação do próprio emprego — quando o requerente for uma empresa ou um empresário em nome individual com atividade económica na área agrícola". ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;
b) Identificação do representante legal;
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;
d) Identificação clara do apoio pretendido;
e) Natureza jurídica do candidato;
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);
g) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Segurança Social ou outras, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social;
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;

n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos;

Encontram-se em Falta os seguintes documentos informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento: ----------
g) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social) atualizada; ------
Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **não se encontra em condições de ser aprovado,** nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regulamento do Regulamento em vigor. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, indeferir o pedido de apoio apresentado pelo empresário em nome individual, por se verificar que o mesmo não reúne as condições necessárias para a sua aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do referido Regulamento. ----------

------- **8 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: ESTAÇÃO DE CORTE SOLUÇÕES EM VIDRO LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento da empresa Estação de Corte Soluções em Vidro, Lda, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1705", com sede na Zona Industrial, n.º 13, 5200-287 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." -
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e trinta e oito barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Após análise da documentação verificou-se que a Requerente iniciou atividade em 07/10/2009, com a Natureza Jurídica de Sociedade por Quotas, dedicando-se à atividade Fabricação de Artigos de Vidro, com o CAE Principal 23110-R4. ----------
Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------
São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte; ----------

b) Identificação do representante legal; ----------
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar; ----------
d) Identificação clara do apoio pretendido; ----------
e) Natureza jurídica do candidato; ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças); ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social); ----------
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador; ----------
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos; ----------
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro; ----------
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social; ----------
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; ----------
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento; ----------
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos; ----------
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito. ----------
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego. ----------
- Registo Central do Benificiário Efetivo (RCBE). ----------

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5.000 euros (cinco mil euros)**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º. Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e a Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar. ----------
À Consideração Superior." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar esta empresa por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança

social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------

------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **9 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: CARLOS MANUEL TOMÉ** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de Carlos Manuel Tomé, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1704", com sede na Rua da Fonte Nova, n.º 17, 5200-229 - Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------

------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e trinta e nove barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente tem a natureza jurídica de Empresário em Nome Individual dedicando-se à atividade de Instalação de Canalizações, com o CAE Principal 43221. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 01/11/1994. ----------

Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte; ----------

b) Identificação do representante legal; ----------

c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar; ----------

d) Identificação clara do apoio pretendido; ----------

e) Natureza jurídica do candidato; ----------

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças); ----------

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social); ----------

g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador; ----------

h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos; ----------

i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro; ----------

j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social; ----------
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; ----------
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento; ----------
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos; ----------
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito. ----------
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego. ----------

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5.000 euros (cinco mil euros)**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º. Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e a Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar este empresário em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **10 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: PEDRO MIGUEL CABELEIRA ANDRADE** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de Pedro Miguel Cabeleira Andrade, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1743", com morada

fiscal na Rua Romanzeira, n.º 7, 5160-011 - Açoreira, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ---------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e quarenta e um barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------"

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente tem a natureza jurídica de Empresário em Nome Individual e que se dedica à atividade de Salões de Cabeleiro e Barbeiros, com o CAE Principal 96210. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 01/08/2026. ----------

Foi também possível comprovar que **o posto de trabalho a apoiar desenvolverá a sua atividade profissional em estabelecimento localizado em Mogadouro, sito na Rua Nuno Álvares Pereira, n.º 6.** ----------

Releva referir que **o presente requerimento está abrangido pelos Casos Condicionados previstos no n.º 2 do Artigo 3.º** do Regulamento Aplicável, o qual estabelece que "Os apoios à criação do próprio posto de trabalho do titular da empresa, ou do empresário em nome individual, apenas receberão o incentivo inicial de 5000 euros…". ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;
b) Identificação do representante legal;
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;
d) Identificação clara do apoio pretendido;
e) Natureza jurídica do candidato;
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Segurança Social ou outras, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; k) Cópia de documento comprovativo de licenciamento para o exercício da atividade ou documento comprovativo da autorização para o exercício da atividade, se exigível;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços

competentes a confirmação desses elementos;

o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito. ----------

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, nos termos do Artigo 13.º do Regulamento em vigor, chamando a atenção para o facto de se tratar da **criação do próprio posto de trabalho**, um caso condicionado pelo n.º 2 do Artigo 3.º do clausulado aplicável, situação em que **só haverá lugar ao pagamento do incentivo de 5.000 euros (cinco mil euros)**, os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º. Assim, da análise documental realizada, conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------

Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------

------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar este empresário em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------

------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação do próprio posto de trabalho os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------

------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **11 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: FRANCISCO MANUEL FERNANDES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de Francisco Manuel Fernandes, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1956", com sede na Rua da Igreja, n.º 67, 5200-383 – Saldanha, concelho de Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." -

------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e quarenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente tem a natureza jurídica de Empresário em Nome Individual dedicando-se à atividade de Conservação, Restauro e Outras Atividades de Apoio ao Património Cultural, com o CAE Principal 91300. Através da Declaração de Início de

Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 30/09/2025. ----------
Foi também possível comprovar que **o posto de trabalho a apoiar desenvolverá a sua atividade profissional em estabelecimento localizado em Mogadouro, sito na Avenida do Sabor, n.º 93, R/C.** ----------
Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte;
b) Identificação do representante legal;
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar;
d) Identificação clara do apoio pretendido;
e) Natureza jurídica do candidato;
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças);
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social);

g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador;
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos;
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro;
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social;
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente;
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento;
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos;
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito.
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados

previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5.000 euros (cinco mil euros)**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º. Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------

Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------

------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar este empresário em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------

------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------

------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **12 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: PAULO EDUARDO RATO PARREIRA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de Paulo Eduardo Rato Parreira, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1909", com morada fiscal na Rua da Primavera, n.º 6, 5200-130 – Castelo Branco, concelho de Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------

------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil seiscentos e noventa barra dois mil e vinte e seis, de vinte e três de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente tem a natureza jurídica de Empresário em Nome Individual e que se dedica à atividade de Atividades de Acabamento em Edifícios, Estucagem, com o CAE Principal 4335. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 22/07/2026. ----------

Releva referir que **o presente requerimento está abrangido pelos Casos Condicionados previstos no n.º 2 do Artigo 3.º** do Regulamento Aplicável, o qual estabelece que "Os apoios à criação do próprio posto de trabalho do titular da empresa, ou do empresário em nome individual, apenas receberão o incentivo inicial de 5000 euros…". ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte; ----------
b) Identificação do representante legal; ----------
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar; ----------
d) Identificação clara do apoio pretendido; ----------
e) Natureza jurídica do candidato; ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças); ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social); ----------
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador; ----------
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos; ----------
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro; ----------
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social; ----------
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; ----------
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento; ----------
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos; ----------
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego. ----------

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, nos termos do Artigo 13.º do Regulamento em vigor, chamando a atenção para o facto de se tratar da **criação do próprio posto de trabalho**, um caso condicionado pelo n.º 2 do Artigo 3.º do clausulado aplicável, situação em que **só haverá lugar ao pagamento do incentivo de 5.000€ (cinco mil euros)**, os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º. Assim, da análise documental realizada, conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------

Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------

------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar este empresário em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação do próprio posto de trabalho os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **13 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: JOSÉ MANUEL GUERRA, LDA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -
Foi presente um requerimento de José Manuel Guerra, Lda, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 1991", com sede na Zona Industrial, lote 47, 5200-287 – Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil setecentos e um barra dois mil e vinte e seis, de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que o Requerente iniciou atividade em 01/07/2002, com a Natureza Jurídica de Sociedade por Quotas, dedicando-se à atividade de Reparação e Manutenção de Veículos de Automóveis, com o CAE Principal 95310-R4. ----------
Da análise à documentação apresentada é possível concluir que o posto de trabalho a apoiar desenvolverão a sua atividade profissional no concelho de Mogadouro, que não se verifica nenhuma das inelegibilidades ou casos condicionados previstos **no artigo 3.º do Regulamento em vigor**, e ainda que não decorreram mais de seis meses entre a data de contratação e a apresentação do requerimento que nos ocupa. ----------

São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no artigo 5.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte; ----------
b) Identificação do representante legal; ----------
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar; ----------
d) Identificação clara do apoio pretendido; ----------
e) Natureza jurídica do candidato; ----------

f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças); ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social); ----------
g) Cópia do contrato de trabalho sem termo, assinado entre o requerente o trabalhador;
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos; ----------
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro; ----------
j) Comprovativo da comunicação de admissão do trabalhador à Segurança Social; ----------
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; ----------
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento; ----------
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos; ----------
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito. ----------
- Declaração sob compromisso de honra de que o requerimento apresentado não se enquadra em nenhuma das iniciativas empresariais não elegíveis e casos condicionados previstos no artigo 3.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e à Criação de Emprego. ----------
- RCBE ----------

Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, havendo lugar ao pagamento do incentivo de **5.000 euros (cinco mil euros)**, e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social por cada posto de trabalho criado, **pelo período de 48 meses**, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º.
Conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar esta empresa por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação de um posto de trabalho e ao pagamento do valor correspondente ao empregador a título de contribuição para a segurança social pelo posto de trabalho criado, pelo período de quarenta e oito (48) meses, de acordo com os números 1 e 2 do Artigo 7.º, os quais serão liquidados nos termos do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------

------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **14 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE APOIO AO INVESTIMENTO E À CRIAÇÃO DE EMPREGO – REQUERENTE: DANIELA DOS ANJOS LEAL DIAS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de Daniela dos Anjos Leal Dias, registado com a referência "2026, EXP, E, GE, 820", com morada fiscal na Rua de São Francisco, n.º 21, 5200-244 – Mogadouro, em que solicitou "apoio financeiro previsto, no artigo 7.º do "Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro"." ----------
------- A técnica superior, Marllene Pacheco Vilares Camelo Marcos, na sua informação três mil setecentos e setenta e dois barra dois mil e vinte e seis, de trinta de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....

Após análise da documentação verificou-se que a Requerente tem a natureza jurídica de Empresária em Nome Individual e que se dedica à atividade de Comércio a Retalho de Vestuário para Adultos em Estabelecimentos Especializados, com o CAE Principal 47711. Através da Declaração de Início de Atividade emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira foi ainda possível verificar que o Empresário em Nome Individual iniciou a atividade empresarial em 06/01/2026. ----------
Foi também possível comprovar que **o posto de trabalho a apoiar desenvolverá a sua atividade profissional em estabelecimento localizado em Mogadouro, sito na Rua António Cepeda Alves, n. º21.** ----------
Releva referir que **o presente requerimento está abrangido pelos Casos Condicionados previstos no n.º 2 do Artigo 3.º** do Regulamento Aplicável, o qual estabelece que "Os apoios à criação do próprio posto de trabalho do titular da empresa, ou do empresário em nome individual, apenas receberão o incentivo inicial de 5000 euros…". ----------
São apresentados os seguintes documentos e informações solicitados no Artigo 9.º do Regulamento:

a) Nome, morada ou sede do requerente e número de Contribuinte; ----------
b) Identificação do representante legal; ----------
c) Descrição da finalidade a que se destina o apoio, com indicação da atividade desenvolvida ou a desenvolver e do número de novos postos de trabalho a criar; ----------
d) Identificação clara do apoio pretendido; ----------
e) Natureza jurídica do candidato; ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Finanças); ----------
f) Certidão comprovativa da situação contributiva regularizada (Segurança Social); ----------
h) Declaração, sob compromisso de honra, de que manterá o(s) posto(s) de trabalho objeto de incentivo por um período mínimo de cinco anos; ----------
i) Declaração, sob compromisso de honra, de que o posto de trabalho a apoiar não está a receber apoios de outras entidades públicas, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Segurança Social ou outras, para o mesmo fim e durante um período de tempo que coincida com o da atribuição do apoio a atribuir pelo Município de Mogadouro; ----------
l) Declaração de que o requerente do apoio não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação da atividade, nem tem o respetivo processo pendente; ----------

k) Cópia de documento comprovativo de licenciamento para o exercício da atividade ou documento comprovativo da autorização para o exercício da atividade, se exigível; ----------
m) Declaração, sob compromisso de honra, sobre a veracidade dos elementos constantes do requerimento; ----------
n) Declaração de autorização da realização das diligências necessárias para averiguar a veracidade dos elementos fornecidos para análise, bem como solicitar às entidades ou serviços competentes a confirmação desses elementos; ----------
o) Comprovativo de IBAN do beneficiário para o qual serão feitos os pagamentos a que vier a ter direito. ----------
Cumpre ainda referir uma circunstância relacionada com o espaço onde a Requerente pretende desenvolver a sua atividade. ----------
Com efeito, relativamente ao estabelecimento sito na **Rua António Cepeda Alves, n.º 21**, já existe um protocolo de apoio anteriormente celebrado pelo Município com outra requerente, referente ao mesmo espaço arrendado. ----------
Sucede, porém, que a beneficiária do referido protocolo se encontra atualmente em situação de **incumprimento das obrigações assumidas perante o Município**, tendo já sido devidamente notificada para prestar os necessários esclarecimentos e apresentar os elementos considerados pertinentes para a apreciação da situação. ----------
A existência deste protocolo anterior, bem como a necessidade de proceder à análise da situação de incumprimento e dos esclarecimentos solicitados à anterior beneficiária, determinou a realização de diligências adicionais por parte dos serviços, circunstância que contribuiu para o prolongamento da análise do presente pedido de apoio. ----------
Importa salientar que o incumprimento da anterior beneficiária não é imputável à Requerente **Daniela dos Anjos Leal Dias**, não devendo, por isso, prejudicar a apreciação do presente pedido. --
Em suma, resulta da análise ao pedido de apoio e aos elementos a ele apensos que o mesmo **se encontra em condições de ser aprovado**, nos termos do Artigo 13.º do Regulamento em vigor, chamando a atenção para o facto de se tratar da **criação do próprio posto de trabalho**, um caso condicionado pelo n.º 2 do Artigo 3.º do clausulado aplicável, situação em que **só haverá lugar ao pagamento do incentivo de 5.000 euros (cinco mil euros)**, os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º. Assim, da análise documental realizada, conclui-se que **existem condições para que seja estabelecido o PROTOCOLO** entre o Município e o Requerente, nos termos e condições indicados. ----------
Sobre o presente pedido é tudo quanto me cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, publicado no Diário da República, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, apoiar esta empresária em nome individual por entender que irá contribuir para o desenvolvimento e dinamização do concelho de Mogadouro. ----------
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder será financeiro, conforme traduzido no pagamento de um subsídio de cinco mil euros (5.000,00€) relativo à criação do próprio posto de trabalho os quais serão liquidados nos termos do n.º 2 do Artigo 8.º, regendo-se pelas cláusulas do protocolo que lhe servirá de base. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar como gestora de contrato, a técnica superior, Marllene Camelo Marcos. ----------

------- **15 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO E CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA OBRA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil seiscentos e sessenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Relativamente ao assunto em epígrafe, recebemos da entidade adjudicatária uma petição a solicitar *"(...) a não aplicação de sanções (...) "*. ----------

Atentos aos motivos referidos pelo adjudicatário na sua petição, somos de parecer que poderá ser concedida a prorrogação do prazo, até ao dia **31 de dezembro de 2026**, implicando este período a prorrogação do prazo da obra em **92 (noventa e dois) dias,** para conclusão dos trabalhos que ainda faltam realizar e, por conseguinte, viabilizar a manutenção e a execução integral do contrato da empreitada. ----------

Obs: A eventual aprovação do novo Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro não dará direito a revisão de preços relativamente ao prazo prorrogado. ----------

Salvo melhor opinião, é tudo quanto nos cumpre informar." ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor presidente e dos senhores vereadores, Márcia Barros e Daniel Salgado e dois votos contra dos senhores vereadores, Francisco Guimarães e José Freitas, aprovar o pedido de prorrogação de prazo de noventa e dois (92) dias atingindo a obra o seu términus a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e seis, referente à empreitada "Projeto e Construção de Matadouro Municipal". ----------

------- Mais foi deliberado que a presente prorrogação não dará direito a revisão de preços relativamente ao prazo prorrogado. ----------

------- **16 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE À BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – REMODELAÇÃO DO PISO 0 DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO (BALCÃO ÚNICO) – AUTO DE VISTORIA PARA LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil setecentos e doze barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Nos termos do estabelecido pela alínea a) do nº5 do artigo 295.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, decorrido já o **2º ano** após a receção provisória desta empreitada, envia-se em anexo, **para efeitos de liberação da caução na percentagem de mais 30% das cauções ou eventuais retenções do total da obra**, o Auto de Vistoria assinado pelos intervenientes. ----------

Salvo melhor opinião, é tudo quanto nos cumpre informar." ----------

------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria para efeitos de libertação de 30% da caução, referente à empreitada "Beneficiação do Edifício dos Paços do Concelho – Remodelação do Piso 0 do Edifício dos Paços do Concelho (Balcão Único)". ----------

------- **17 DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS E OBRAS MUNICIPAIS – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJECTO E CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO MUNICIPAL NO COMPLEXO DESPORTIVO – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA OBRA –** RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor do senhor presidente e dos senhores vereadores, Márcia Barros e Daniel Salgado e dois votos contra dos senhores vereadores, Francisco Guimarães e José Freitas, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de cinco de outubro de dois mil e vinte e seis, sobre a informação número três mil oitocentos e doze barra dois mil e vinte e seis, do assistente técnico da DIOM – Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, João Barranco, sobre o assunto em epígrafe: ----------

-------"Dado que a próxima reunião do Executivo é posterior ao términos da prorrogação de prazo já concedida, defiro o presente pedido. Ao executivo para ratificação." ----------

------- **18 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE AO AUTO DE EMBARGO DE OBRAS - JOSÉ VILELA DA COSTA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - O Executivo deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos, por se tratar de matéria da competência própria do Presidente da Câmara Municipal, delegada no Vereador Daniel Fernando Ribeiro Salgado, através do Despacho n.º 51/PR-2025, de quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco. ----------

------- **19 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE AO AUTO DE EMBARGO DE OBRAS – ANTÓNIO SÁ –** PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - O Executivo deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos, por se tratar de matéria da competência própria do Presidente da Câmara Municipal, delegada no Vereador Daniel Fernando Ribeiro Salgado, através do Despacho n.º 51/PR-2025, de quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco. ----------

------- **20 DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO – INFORMAÇÃO REFERENTE À OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO SEM LICENÇA MUNICIPAL** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - O Executivo deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos, por se tratar de matéria da competência própria do Presidente da Câmara Municipal, delegada no Vereador Daniel Fernando Ribeiro Salgado, através do Despacho n.º 51/PR-2025, de quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco. ----------

------- **21 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PAGAMENTO DA FATURA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – REQUERENTE: CONSUMIDOR N.º 2094** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Lúcia de Jesus Pacheco Camelo, consumidor n.º 2094, registado com a referência "9888/26", em que solicita o pagamento da fatura de água em prestações. ----------

------- A coordenadora técnica da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, Patrícia Salomé, na sua informação número três mil oitocentos e onze barra dois mil e vinte e seis, datada de dois de outubro do corrente ano, informou o seguinte: ----------

-------"... A requerente fundamenta o seu pedido no valor elevado da fatura. ----------

Nos termos do n.º 1 do artigo 84.º do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais Urbanas, de 18 de abril de 2023, que: "Em caso de comprovada situação económica deficitária, por parte do utilizador, poderá a Câmara Municipal autorizar o pagamento fracionado do montante a liquidar, mediante requerimento apresentado pelo utilizador e parecer prévio dos serviços técnicos da Ação Social Câmara Municipal de Mogadouro." ----------

Por sua vez, o n.º 2 do mesmo artigo prevê que "poderá ainda ser autorizado excecionalmente o pagamento em prestações/fracionado mediante requerimento do utilizador, em casos devidamente fundamentados e desde que os valores em divida o justifiquem." ----------

Mais se informa que nos termos do número 2, do artigo 103.º do Regulamento n.º 594/2018 - Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos, que "No caso de ter sido acordado o pagamento de uma fatura em prestações, a falta de pagamento de uma prestação no prazo estabelecido implica o vencimento de toda a dívida e faz incorrer o utilizador em mora." ------

Uma vez que o regulamento é omisso em relação ao número de prestações, e tendo em conta o valor da fatura, poderá a Câmara Municipal, no entendimento desta Divisão, autorizar o pagamento das referidas faturas em 4 prestações iguais e sucessivas. ----------

Submete-se à superior consideração." ----------

------- De acordo com a informação supratranscrita a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, autorizar a requerente, a pagar em quatro prestações iguais e sucessivas, o montante total de duzentos e dois euros e trinta e nove cêntimos (202,39€), de acordo com o regulamento municipal em vigor, sendo que a falta de pagamento de uma prestação implica o vencimento de todas as outras e faz incorrer o utilizador em mora. ----------

------- **22 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE À RECLAMAÇÃO E PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO – APOIO À EXTENSÃO DE RAMAL / POSTO DE TRANSFORMAÇÃO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um pedido de reapreciação de, Ricardo Filipe Leandro Pires, em relação ao indeferimento ao apoio de extensão de ramal elétrico/posto de transformação. ----------

------- A técnica de engenharia florestal, Helena Almeida, da Divisão de Águas, Saneamento e Ambiente, na sua informação número três mil quinhentos e trinta e seis barra dois mil e vinte e seis, datada de catorze de setembro do corrente ano, informou o seguinte: ----------

"……

A Quinta do Planalto, propriedade do requerente, conta com uma área total de perto de 70 hectares. Atualmente, a exploração agrícola é composta por cerca de 24 hectares de amendoal, 20 hectares de cerejal e 4 hectares de olival. Destes, situam-se em Município de Mogadouro aproximadamente 18 hectares de amendoal, 13 hectares de cerejal e 4 hectares de olival. ----------
Cerca de 73% da exploração agrícola do requerente situa-se no concelho de Mogadouro. ----------
De acordo com a alínea iii) no nº2 do Artigo 5.º "*A colocação de poste de transformação e extensão do ramal elétrico, sempre que tecnicamente seja exigido, para os Investimentos Municipal, até ao 50% do seu valor*" do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, Aviso n.º 9896/2022 de 17 de maio de 2022. .....
No pedido de apoio consta o valor apresentado pela E-Redes no montante de 14.890,74€, correspondendo o valor comparticipável a 7,445,37€ (sete mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos). ----------
Assim, mantemos o parecer favorável atendendo à relevância do Investimento a realizar para o desenvolvimento económico e sustentável do concelho de Mogadouro. ----------
À Consideração superior." ----------
------- Analisada a informação supratranscrita e, de acordo com os incentivos elegíveis definidos no artigo 2.º do Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, publicado no Diário da República n.º 95, de 17 de maio de 2022, aviso n.º 9896/2022, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, deferir o apoio solicitado pelo requerente, por considerar que o investimento em causa contribuirá para o desenvolvimento económico e a dinamização do concelho de Mogadouro. ---
------- Mais foi deliberado que o apoio a conceder corresponderá a 50% do montante elegível, no valor de catorze mil oitocentos e noventa euros e trinta e sete cêntimos (14.890,74€), perfazendo o apoio financeiro a atribuir a quantia de sete mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos (7.445,37€). ----------
------- Por fim, foi deliberado solicitar aos serviços competentes da UOF – Unidade Orgânica e Financeira a verificação de fundos disponíveis e respetiva cabimentação. ----------

------- **23 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO APOIO À INICIATIVA EMPRESARIAL E ECONÓMICA NAS ÁREAS AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO - REQUERENTE: AUGUSTO JOAQUIM LOPES** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento de, Augusto Joaquim Lopes, com sede na Rua Principal, n.º 48, 5350-201 Castro Vicente, onde solicitou à Câmara apoio à Iniciativa Empresarial e Económica nas áreas Agrícolas e Pecuárias do Município de Mogadouro. ----------
------- A técnica de engenharia florestal, Helena Almeida, na sua informação três mil quinhentos e cinquenta e oito barra dois mil e vinte e seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -----
-------"O montante apoiado é de "500,00€" (quinhentos euros) tendo em conta que se trata de um projeto de investimento não cofinanciados, o valor referido correspondente ao estipulado na alínea b) do número 2 do Artigo 6.º do CAPÍTULO II, do Regulamento de Apoio à Iniciativa Empresarial e Económica nas Áreas Agrícolas e Pecuária do Município de Mogadouro, na atual redação

"Projetos de Investimento não cofinanciados, suportados integralmente por capitais próprios: 20% (vinte por cento) do total do projeto. ----------
Remeteu-se toda a documentação que foi analisada, no âmbito do referido requerimento. ----------
Face ao exposto, e uma vez que o requerente cumpriu com todos requisitos exigidos pelo município somos de opinião que se deve aprovar o montante aprovado no quadro nº1. ----------
À Consideração superior." ----------
------- Após análise e de acordo com a informação supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar de acordo com o estipulado na alínea b) do número 2 do Artigo 6.º do CAPÍTULO II, do Regulamento de Apoio à Iniciativa Empresarial e Económica nas Áreas Agrícolas e Pecuária do Município de Mogadouro, o pagamento de quinhentos euros (500,00€), correspondentes a 20% (vinte por cento) do total do projeto. ----------

------- **24 DIVISÃO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E AMBIENTE – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO - REQUERENTE: CASTMOG – ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CASTANHA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:
- Foi presente um ofício da CASTMOG – Associação de Produtores de Castanha, com sede na Rua da Costa, n.º 1 – Bruçó, onde solicitou apoio para o tratamento da Doença da Tinta em Castanheiros, através da aplicação de fitofármacos em solos, bem como a aquisição de 100 frascos de Discis ao Instituto Politécnico de Bragança e promover sensibilização dos agricultores para a aplicação do Bioproduto nos seus Soutos. ----------
------- A técnica de engenharia florestal, Helena Sofia Montenegro Ferreira Falcão Almeida, na sua informação três mil setecentos e setenta e um barra dois mil e vinte e seis, de trinta de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------"A CASTMOG- Associação de Produtores de Castanha, instituída no dia 12 de junho de 2020 na Conservatória de Vimioso, com o NIPC 515957968, com sede na Rua da Costa, nº1, na freguesia de Bruçó efetuou um pedido de apoio para tratamento da Doença da Tinta em Castanheiros, através da aplicação de fitofármacos em solos, bem como a aquisição de 100 frascos de Discis ao Instituto Politécnico de Bragança e promover sensibilização dos agricultores para a aplicação do Bioproduto nos seus Soutos. ----------
O DICTIS é um produto biológico desenvolvido especificamente para o tratamento do Cancro do Castanheiro em Portugal, compatível com o Modo de Produção Biológico e Produção Integrada. ---
É aplicado nos cancros ativos existentes nos ramos e troncos do Castanheiro e nunca como tratamento preventivo. Pode ser aplicado durante todo o período de atividade fisiológica do castanheiro (abril a novembro), e não podem ser aplicados outros produtos (cobre, lixivia, etc) depois da sua aplicação. ----------
O resultado do tratamento não é imediato pois necessita de algum tempo para exercer a sua ação curativa, sendo a primeira indicação da eficácia do tratamento não existir crescimento do cancro para o exterior da zona tratada. Com o tempo o cancro cicatriza completamente. ----------
Esta Associação de produtores tem por objeto representar e defender os interesses dos produtores de Castanha e permitir a estruturação de uma fileira tão importante para o concelho de Mogadouro. Este é o primeiro passo na estratégia de desenvolvimento e promoção da fileira do Castanheiro e da Castanha em Mogadouro. ----------
Pretende fazer o acompanhamento desde a preparação e plantação do castanheiro, produção, transformação e comercialização da Castanha e ser um interlocutor privilegiado junto das várias

entidades do sector da Castanha, bem como um dos responsáveis pelo acompanhamento do desenvolvimento técnico do Castanheiro. ----------
O Castanheiro tem sido vítima de doenças e pragas, que matam a árvore e levam a quebras de produção. Primeiro foi a doença da tinta e o cancro do castanheiro, depois a vespa das galhas do castanheiro, a septoriose, um fungo que atinge a folha e o pedúnculo do ouriço, provocando a sua queda precoce, e também uma praga conhecida como "escaravelho" do castanheiro que seca a árvore e destrói a produção. ----------
Os Municípios dispõem de atribuições na promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, termos do disposto a alínea u) do nº1, do artigo 33.º, do Anexo I, da lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, deliberar sobre o apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. ----------
Considerando a importância que estas Associações têm assumido no desenvolvimento económico da Castanha, bem como o facto de promover a salvaguarda dos recursos naturais, promoção dos Castanheiros e da Castanha e a promoção do concelho ao nível da Agricultura, somos de opinião que o pedido solicitado pela Associação Castmog - Associação de Produtores de Castanha, poderá ser deferido no montante 8.500€ (oito mil e quinhentos euros). ----------
É tudo quanto nos cumpre informar. ----------
À Consideração superior," ----------
------- Analisado o pedido e com base no parecer supratranscrito, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, baseado no ponto 1 do Artigo 2.º do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, apoiar a CASTMOG – Associação de Produtores de Castanha, atribuindo-lhe um apoio monetário no valor de quatro mil duzentos e cinquenta euros (4.250,00€), a pagar numa única prestação, após verificação de fundos disponíveis e cabimentação da realização da despesa pelos serviços de Contabilidade e sem celebração de Contrato-Programa. ----------
------- Por fim, foi deliberado designar a técnica, Helena Almeida, como gestora, competindo-lhe assegurar o respetivo acompanhamento técnico. ----

------- **25 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE REANÁLISE DAS OBRAS HABITACIONAIS: PROCESSO N.º 10/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento da Sra. ....., datado de vinte de agosto de dois mil e vinte e seis, com morada no concelho de Mogadouro, registado com a referência "2026,EXP,E.GE,1878", no qual solicitou esclarecimentos sobre o indeferimento do pedido de apoio ás obras habitacionais. ----------
------- A técnica de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quatrocentos e cinquenta barra dois mil e vinte e seis, de quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

-------" À data da apresentação do pedido, a Sr.ª ....., auferia uma pensão de viuvez no valor mensal de 191,53 € (cento e noventa e um euros e cinquenta e três cêntimos). -------
Após análise dos rendimentos e despesas apresentados, foi apurado um rendimento mensal per capita de 185,14 € (cento e oitenta e cinco euros e catorze cêntimos), valor inferior a 70% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), cumprindo, deste modo, o requisito previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios Sociais do Município de Mogadouro. ------
Todavia, à data da apresentação do requerimento, a requerente não cumpria o disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do referido Regulamento, uma vez que, de acordo com a certidão de bens imóveis apresentada, não constava como proprietária da habitação para a qual solicitou a intervenção. ----------
Importa, contudo, considerar que, no âmbito da visita domiciliária realizada, foram observados alguns sinais de humidade e indícios de possível infiltração de água da chuva, designadamente na zona do telhado, situação que, caso persista ou se agrave, poderá comprometer, a longo prazo, as condições de habitabilidade da habitação. ----------
Face ao exposto, e considerando a situação económica da requerente, bem como as condições habitacionais verificadas aquando da visita domiciliária e o solicitado pela requerente, V. Exa. melhor decidirá quanto ao assunto em questão. ----------
É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade manter o indeferimento ao pedido da requerente, porquanto, a certidão de bens imóveis apresentada, não constava como proprietária da habitação para a qual solicitou a intervenção. ----------
------- Mais foi deliberado considerar que as obras em causa não revestem caráter de urgência. ----------

------- **26 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO SOCIAL – PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DE CARÁTER EVENTUAL: PROCESSO N.º 39/26** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 39/26, datado de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "9729/26", onde a requerente, solicita o Apoio Pecuniário de Carácter Eventual em Situações de Carência Económico e de Risco Social. ----------
------- A técnica superior de educação social, Mariana Antão, na sua informação três mil seiscentos e cinco barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
-------" .....
Da análise efetuada, verifica-se que o agregado familiar reúne os critérios de carência económica previstos no Regulamento Municipal, enquadrando-se o pedido no âmbito das competências municipais em matéria de ação social. ----------
No âmbito do processo, foram apresentadas faturas relativas aos artigos ortopédicos, no montante global de 367,00 € (trezentos e sessenta e sete euros), IVA incluído. ----------
1.º - Colar Cervical Minerva, 330,00€ (trezentos e trinta euros); 2.º - Colar Cervical Rígido, 15,00€ (quinze euros); 3.º - Suporte Imobilizador de Braço com Cinto, 22,00€ (vinte e dois euros). ----------
O requerente foi vítima de acidente de motociclo em 21 de agosto de 2026, tendo estado internado na Unidade Hospitalar de Bragança durante 12 dias. Em consequência, sofreu fratura na vértebra

cervical (base do pescoço), fratura da clavícula esquerda e lesão grave do baço, com necessidade de remoção cirúrgica, tendo ainda partido 5 costelas, tal como referido na nota de alta que consta no processo. ----------
Na sequência clínica, foi necessária a utilização de dispositivos ortopédicos de imobilização, designadamente colar cervical com suporte torácico (Minerva), bem como colar cervical rígido e suporte imobilizador de braço com cinto, indispensáveis ao processo de recuperação. ----------
Refira-se ainda que o requerente se encontra de baixa médica, sem rendimentos, dependendo o agregado familiar exclusivamente do salário da esposa. ----------
A despesa encontra-se devidamente fundamentada por prescrição médica, enquadrando-se na alínea d) do artigo 6.º do Regulamento Municipal, relativa à aquisição de bens e serviços de saúde, após esgotados os recursos da comunidade, não tendo sido identificadas respostas alternativas. ----------
Face ao exposto, considera-se tecnicamente fundamentada a atribuição do apoio solicitado, propondo-se a concessão de uma prestação pecuniária no montante de 367,00 € (trezentos e sessenta e sete euros), correspondente ao custo suportado, a transferir para o IBAN do requerente, uma vez que houve necessidade de adquirir e pagar previamente os artigos ortopédicos, antes da alta hospitalar, por constituírem condição indispensável para que a alta pudesse ocorrer. ----------
Submete-se o presente parecer à consideração superior para decisão. ----------
À consideração superior." ----------

------- Com base na informação da técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, por cumprir os requisitos previstos enquadrando-se na alínea d) do artigo 6.º do Regulamento Municipal, relativa à aquisição de bens e serviços de saúde, após esgotados os recursos da comunidade, não tendo sido identificadas respostas alternativas, atribuindo-lhe o valor monetário de 367,00€ (trezentos e sessenta e sete euros), para o pagamento de artigos ortopédicos. ----------

------- **27 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 53 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 53 – Ano Letivo 2026/2027, datado de oito de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9465/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quatrocentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, de nove de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **171,44 € (cento e setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2 057,28 € (dois mil e cinquenta e sete euros e vinte e oito cêntimos).** ---

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	171,44 €
outubro	171,44 €
novembro	171,44 €
dezembro	171,44 €
janeiro	171,44 €
fevereiro	171,44 €
março	171,44 €
abril	171,44 €
maio	171,44 €
junho	171,44 €
julho	171,44 €
agosto	171,44 €
Total (12 meses)	2 057,28 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 171,44€ (cento setenta e um euros e quarenta e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 2 057,28€ (dois mil e cinquenta e sete euros e vinte e oito cêntimos). ----------

------- **28 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 58 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 58 – Ano Letivo 2026/2027, datado de nove de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a

referência "9474/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quatrocentos e noventa e um barra dois mil e vinte e seis, de nove de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **330,00 € (trezentos e trinta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **3 960,00 € (três mil novecentos e sessenta euros).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	330,00 €
outubro	330,00 €
novembro	330,00 €
dezembro	330,00 €
janeiro	330,00 €
fevereiro	330,00 €
março	330,00 €
abril	330,00 €
maio	330,00 €
junho	330,00 €
julho	330,00 €
agosto	330,00 €
Total (12 meses)	**3 960,00 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de

330,00€ (trezentos e trinta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3 960,00€ (três mil novecentos e sessenta euros e zero cêntimos). ----------

------- **29 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 60 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 60 – Ano Letivo 2026/2027, datado de sete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9620/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e quarenta e nove barra dois mil e vinte e seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **126,55 € (cento e vinte e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 518,60 € (mil quinhentos e dezoito euros e sessenta cêntimos).** ---------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	126,55 €
outubro	126,55 €
novembro	126,55 €
dezembro	126,55 €
janeiro	126,55 €
fevereiro	126,55 €
março	126,55 €
abril	126,55 €
maio	126,55 €
junho	126,55 €
julho	126,55 €
agosto	126,55 €
Total (12 meses)	**1 518,60 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- "não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 126,55€ (cento e vinte e seis euros e cinquenta e cinco cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 518,60€ (mil quinhentos e dezoito euros e sessenta cêntimos). ----------

------- **30 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 61 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 61 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dez de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9621/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e cinquenta barra dois mil e vinte e seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **140,00 € (cento e quarenta euros).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 680,00 € (mil seiscentos e oitenta euros).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	140,00 €
outubro	140,00 €
novembro	140,00 €
dezembro	140,00 €
janeiro	140,00 €
fevereiro	140,00 €
março	140,00 €
abril	140,00 €
maio	140,00 €
junho	140,00 €
julho	140,00 €
agosto	140,00 €
Total (12 meses)	1 680,00 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 140,00€ (cento e quarenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 680,00€ (mil seiscentos e oitenta euros e zero cêntimos). ----------

------- **31 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 62 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 62 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9625/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e cinquenta e dois barra dois mil e vinte e

seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **225,72 € (duzentos e vinte e cinco euros e setenta e dois cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2 708,64 € (dois mil setecentos e oito euros e sessenta e quatro cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	225,72 €
outubro	225,72 €
novembro	225,72 €
dezembro	225,72 €
janeiro	225,72 €
fevereiro	225,72 €
março	225,72 €
abril	225,72 €
maio	225,72 €
junho	225,72 €
julho	225,72 €
agosto	225,72 €
Total (12 meses)	**2 708,64 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 225,72€ (duzentos e vinte e cinco euros e setenta e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 2 708,64€ (dois mil setecentos e oito euros e sessenta e quatro cêntimos). ----------

------- **32 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 63 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 63 – Ano Letivo 2026/2027, datado de onze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9627/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e cinquenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,44 € (quarenta euros e quarenta e quatro cêntimos).** --------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **485,28 € (quatrocentos e oitenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos).** -

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	40,44 €
outubro	40,44 €
novembro	40,44 €
dezembro	40,44 €
janeiro	40,44 €
fevereiro	40,44 €
março	40,44 €
abril	40,44 €
maio	40,44 €
junho	40,44 €
julho	40,44 €
agosto	40,44 €
Total (12 meses)	485,28 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e

desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,44€ (quarenta euros e quarenta e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 485,28€ (quatrocentos e oitenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos). ----------

------- **33 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 64 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 64 – Ano Letivo 2026/2027, datado de onze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9631/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e cinquenta e seis barra dois mil e vinte e seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **143,02 € (cento e quarenta e três euros e dois cêntimos).** -------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 716,24 € (mil setecentos e dezasseis euros e vinte e quatro cêntimos).**

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	143,02 €
outubro	143,02 €
novembro	143,02 €
dezembro	143,02 €
janeiro	143,02 €
fevereiro	143,02 €
março	143,02 €
abril	143,02 €
maio	143,02 €
junho	143,02 €
julho	143,02 €
agosto	143,02 €
Total (12 meses)	1 716,24 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 143,02€ (cento e quarenta e três euros e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 716,24€ (mil setecentos e dezasseis euros e vinte e quatro cêntimos). ----------

------- **34 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 65 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 65 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9652/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e sessenta barra dois mil e vinte e seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **47,45 € (quarenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos).** --
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **569,40 € (quinhentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos).** -----

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	47,45 €
outubro	47,45 €
novembro	47,45 €
dezembro	47,45 €
janeiro	47,45 €
fevereiro	47,45 €
março	47,45 €
abril	47,45 €
maio	47,45 €
junho	47,45 €
julho	47,45 €
agosto	47,45 €
Total (12 meses)	569,40 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 47,45€ (quarenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 569,40€ (quinhentos e sessenta e nove euros e quarenta cêntimos). ----------

------- **35 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 66 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 66 – Ano Letivo 2026/2027, datado de onze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9655/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e sessenta e dois barra dois mil e vinte e seis,

de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **70,00 € (setenta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **910,00 € (novecentos e dez euros).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	70,00 €
setembro	70,00 €
outubro	70,00 €
novembro	70,00 €
dezembro	70,00 €
janeiro	70,00 €
fevereiro	70,00 €
março	70,00 €
abril	70,00 €
maio	70,00 €
junho	70,00 €
julho	70,00 €
agosto	70,00 €
Total (13 meses)	910,00 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 70,00€ (setenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 910,00€ (novecentos e dez euros e zero cêntimos). ----------

------- **36 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 67 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 67 – Ano Letivo 2026/2027, datado de nove de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9659/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e sessenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,39 € (quarenta euros e trinta e nove cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **525,07 € (quinhentos e vinte e cinco euros e sete cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	40,39 €
setembro	40,39 €
outubro	40,39 €
novembro	40,39 €
dezembro	40,39 €
janeiro	40,39 €
fevereiro	40,39 €
março	40,39 €
abril	40,39 €
maio	40,39 €
junho	40,39 €
julho	40,39 €
agosto	40,39 €
Total (13 meses)	525,07 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,39€ (quarenta euros e trinta e nove cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 525,07€ (quinhentos e vinte e cinco euros e sete cêntimos). ----------

------- **37 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 68 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 68 – Ano Letivo 2026/2027, datado de onze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9662/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e quarenta e sete barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **140,00 € (cento e quarenta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 820,00 € (mil oitocentos e vinte euros).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	140,00 €
setembro	140,00 €
outubro	140,00 €
novembro	140,00 €
dezembro	140,00 €
janeiro	140,00 €
fevereiro	140,00 €
março	140,00 €
abril	140,00 €
maio	140,00 €
junho	140,00 €
julho	140,00 €
agosto	140,00 €
Total (13 meses)	1 820,00 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 140,00€ (cento e quarenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 1 820,00€ (mil oitocentos e vinte euros e zero cêntimos). ----------

------- **38 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 69 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 69 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezanove de agosto de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9668/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e setenta e três barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **126,63 € (cento e vinte e seis euros e sessenta e três cêntimos).**
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 519,56€ (mil quinhentos e dezanove euros e cinquenta e seis cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	126,63 €
outubro	126,63 €
novembro	126,63 €
dezembro	126,63 €
janeiro	126,63 €
fevereiro	126,63 €
março	126,63 €
abril	126,63 €
maio	126,63 €
junho	126,63 €
julho	126,63 €
agosto	126,63 €
Total (12 meses)	1 519,56 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 126,63€ (cento e vinte e seis euros e sessenta e três cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 519,56€ (mil quinhentos e dezanove euros e cinquenta e seis cêntimos). ----------

------- **39 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 70 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 70 – Ano Letivo 2026/2027, datado de catorze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9674/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Mariana Antão, na sua informação três mil quinhentos e setenta e seis barra dois mil e vinte e seis, de

dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **140,00 € (cento e quarenta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 680,00 € (mil seiscentos e oitenta euros).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	140,00€
outubro	140,00€
novembro	140,00€
dezembro	140,00€
janeiro	140,00€
fevereiro	140,00€
março	140,00€
abril	140,00€
maio	140,00€
junho	140,00€
julho	140,00€
agosto	140,00€
Total (12 meses)	**1 680,00 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 140,00€ (cento e quarenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 680,00€ (mil seiscentos e oitenta euros e zero cêntimos). ----------

------- **40 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 71 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 71 – Ano Letivo 2026/2027, datado de catorze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9694/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Mariana Antão, na sua informação três mil quinhentos e oitenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **94,97 € (noventa e quatro euros e noventa e sete cêntimos).** ---

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 139,64 € (mil cento e trinta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	94,97€
outubro	94,97€
novembro	94,97€
dezembro	94,97€
janeiro	94,97€
fevereiro	94,97€
março	94,97€
abril	94,97€
maio	94,97€
junho	94,97€
julho	94,97€
agosto	94,97€
Total (12 meses)	1 139,64 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 84,97€ (oitenta e quatro euros e noventa e sete cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 139,64€ (mil cento e trinta e nove euros e sessenta e quarto cêntimos). ----------

------- **41 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 72 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 72 – Ano Letivo 2026/2027, datado de catorze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9698/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Mariana Antão, na sua informação três mil quinhentos e oitenta e sete barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -----

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **116,67 € (cento e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos).** --

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 400,04 € (mil e quatrocentos euros e quatro cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	116,67 €
outubro	116,67 €
novembro	116,67 €
dezembro	116,67 €
janeiro	116,67 €
fevereiro	116,67 €
março	116,67 €
abril	116,67 €
maio	116,67 €
junho	116,67 €
julho	116,67 €
agosto	116,67 €
Total (12 meses)	1 400,04 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 116,67€ (cento e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 400,04€ (mil e quatrocentos euros e quarto cêntimos). ----------

------- **42 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 73 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 73 – Ano Letivo 2026/2027, datado de catorze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9705/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Mariana Antão, na sua informação três mil quinhentos e noventa barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ---------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **116,67 € (cento e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos).** --
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 400,04 € (mil e quatrocentos euros e quatro cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	116,67€
outubro	116,67€
novembro	116,67€
dezembro	116,67€
janeiro	116,67€
fevereiro	116,67€
março	116,67€
abril	116,67€
maio	116,67€
junho	116,67€
julho	116,67€
agosto	116,67€
Total (12 meses)	1 400,04 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"; ----------

-- "não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 116,67€ (cento e dezasseis euros e sessenta e sete cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 400,04€ (mil e quatrocentos euros e quarto cêntimos). ----------

------- **43 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 74 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 74 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9713/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Mariana Antão, na sua informação três mil quinhentos e noventa e quatro barra dois mil e vinte e seis, de

dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **79,52 € (setenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos).** ----
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **954,24 € (novecentos e cinquenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	79,52 €
outubro	79,52 €
novembro	79,52 €
dezembro	79,52 €
janeiro	79,52 €
fevereiro	79,52 €
março	79,52 €
abril	79,52 €
maio	79,52 €
junho	79,52 €
julho	79,52 €
agosto	79,52 €
Total (12 meses)	954,24 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 79,52€ (setenta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 954,24€ (novecentos e cinquenta e quatro euros e vinte e quarto cêntimos). ----------

------- **44 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 75 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 75 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9678/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e setenta e sete barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **95,36 € (noventa e cinco euros e trinta e seis cêntimos).** --------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 144,32 € (mil cento e quarenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	95,36 €
outubro	95,36 €
novembro	95,36 €
dezembro	95,36 €
janeiro	95,36 €
fevereiro	95,36 €
março	95,36 €
abril	95,36 €
maio	95,36 €
junho	95,36 €
julho	95,36 €
agosto	95,36 €
Total (12 meses)	1 144,32 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 95,36€ (noventa e cinco euros e trinta e seis cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 144,32€ (mil cento e quarenta e quatro euros e trinta e dois cêntimos). ----------

------- **45 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 76 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 76 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9680/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e setenta e oito barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **89,15 € (oitenta e nove euros e quinze cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 069,80 € (mil e sessenta e nove euros e oitenta cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	89,15 €
outubro	89,15 €
novembro	89,15 €
dezembro	89,15 €
janeiro	89,15 €
fevereiro	89,15 €
março	89,15 €
abril	89,15 €
maio	89,15 €
junho	89,15 €
julho	89,15 €
agosto	89,15 €
Total (12 meses)	1 069,80 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 89,15€ (oitenta e nove euros e quinze cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 069,80€ (mil e sessenta e nove euros e oitenta cêntimos). ----------

------- **46 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 77 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 77 – Ano Letivo 2026/2027, datado de catorze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9683/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e oitenta barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **107,45 € (cento e sete euros e quarenta e cinco cêntimos).** ------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 289,40 € (mil duzentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos).** --

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	107,45 €
outubro	107,45 €
novembro	107,45 €
dezembro	107,45 €
janeiro	107,45 €
fevereiro	107,45 €
março	107,45 €
abril	107,45 €
maio	107,45 €
junho	107,45 €
julho	107,45 €
agosto	107,45 €
Total (12 meses)	1 289,40 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 107,45€ (cento e sete euros e quarenta e cinco cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 289,40€ (mil duzentos e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos). ----------

------- **47 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO**

ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 78 – ANO LETIVO 2026/2027 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 78 – Ano Letivo 2026/2027, datado de sete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9687/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e oitenta e três barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em 204,46 € (duzentos e quatro euros e quarenta e seis cêntimos). ---

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2 657,98 € (dois mil seiscentos e cinquenta e sete euros e noventa e oito cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	204,46 €
setembro	204,46 €
outubro	204,46 €
novembro	204,46 €
dezembro	204,46 €
janeiro	204,46 €
fevereiro	204,46 €
março	204,46 €
abril	204,46 €
maio	204,46 €
junho	204,46 €
julho	204,46 €
agosto	204,46 €
Total (13 meses)	2 657,98 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 204,46€ (duzentos e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 2 657,98€ (dois mil seiscentos e cinquenta e sete euros e noventa e oito cêntimos). ----------

------- **48 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 79 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 79 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9702/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e noventa e um barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **45,84 € (quarenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos).** -
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **550,08 € (quinhentos e cinquenta euros e oito cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	45,84 €
outubro	45,84 €
novembro	45,84 €
dezembro	45,84 €
janeiro	45,84 €
fevereiro	45,84 €
março	45,84 €
abril	45,84 €
maio	45,84 €
junho	45,84 €
julho	45,84 €
agosto	45,84 €
Total (12 meses)	550,08 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 45,84€ (quarenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 550,08€ (quinhentos e cinquenta euros e oito cêntimos). ----------

------- **49 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 80 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 80 – Ano Letivo 2026/2027, datado de nove de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9717/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e noventa e oito barra dois mil e vinte e seis,

de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **65,27 € (sessenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos).** ---------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **783,24 € (setecentos e oitenta e três euros e vinte e quatro cêntimos).** ---

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	65,27 €
outubro	65,27 €
novembro	65,27 €
dezembro	65,27 €
janeiro	65,27 €
fevereiro	65,27 €
março	65,27 €
abril	65,27 €
maio	65,27 €
junho	65,27 €
julho	65,27 €
agosto	65,27 €
Total (12 meses)	783,24 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 65,27€ (sessenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 783,24€ (setecentos e oitenta e três euros e vinte e quatro cêntimos). ----------

------- **50 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 81 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 81 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dois de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9719/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil quinhentos e noventa e nove barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **73,92 € (setenta e três euros e noventa e dois cêntimos).** --------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **960,96 € (novecentos e sessenta euros e noventa e seis cêntimos).** --------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	73,92 €
setembro	73,92 €
outubro	73,92 €
novembro	73,92 €
dezembro	73,92 €
janeiro	73,92 €
fevereiro	73,92 €
março	73,92 €
abril	73,92 €
maio	73,92 €
junho	73,92 €
julho	73,92 €
agosto	73,92 €
Total (13 meses)	960,96 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 73,92€ (setenta e três euros e noventa e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 960,96€ (novecentos e sessenta euros e noventa e seis cêntimos). ----------

------- **51 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 82 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 82 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9726/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e três barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **49,01 € (quarenta e nove euros e um cêntimo).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **588,12 € (quinhentos e oitenta e oito euros e doze cêntimos).** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	49,01 €
outubro	49,01 €
novembro	49,01 €
dezembro	49,01 €
janeiro	49,01 €
fevereiro	49,01 €
março	49,01 €
abril	49,01 €
maio	49,01 €
junho	49,01 €
julho	49,01 €
agosto	49,01 €
Total (12 meses)	588,12 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 49,01€ (quarenta e nove euros e um cêntimo), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 588,12€ (quinhentos e oitenta e oito euros e doze cêntimos). ----------

------- **52 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 83 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 83 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9730/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e seis barra dois mil e vinte e seis, de

dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **58,08 € (cinquenta e oito euros e oito cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **696,96 € (seiscentos e noventa e seis euros e noventa e seis cêntimos).** --

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	58,08 €
outubro	58,08 €
novembro	58,08 €
dezembro	58,08 €
janeiro	58,08 €
fevereiro	58,08 €
março	58,08 €
abril	58,08 €
maio	58,08 €
junho	58,08 €
julho	58,08 €
agosto	58,08 €
Total (12 meses)	696,96 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 58,08€ (cinquenta e oito euros e oito cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 696,96€ (seiscentos e noventa e seis euros e noventa e seis cêntimos). ----------

------- **53 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 84 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 84 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9731/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e sete barra dois mil e vinte e seis, de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **93,82 € (noventa e três euros e oitenta e dois cêntimos).** --------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 125,84 € (mil cento e vinte e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos).**

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	58,08 €
outubro	58,08 €
novembro	58,08 €
dezembro	58,08 €
janeiro	58,08 €
fevereiro	58,08 €
março	58,08 €
abril	58,08 €
maio	58,08 €
junho	58,08 €
julho	58,08 €
agosto	58,08 €
Total (12 meses)	696,96 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 58,08€ (cinquenta e oito euros e oito cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 696,96€ (seiscentos e noventa e seis euros e noventa e seis cêntimos). ----------

------- **54 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 85 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 85 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quinze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9741/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e setenta barra dois mil e vinte e seis, de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **44,29 € (quarenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos).** ----
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **575,77 € (quinhentos e setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos).** -

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	44,29 €
setembro	44,29 €
outubro	44,29 €
novembro	44,29 €
dezembro	44,29 €
janeiro	44,29 €
fevereiro	44,29 €
março	44,29 €
abril	44,29 €
maio	44,29 €
junho	44,29 €
julho	44,29 €
agosto	44,29 €
Total (13 meses)	575,77 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 44,29€ (quarenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 575,77€ (quinhentos e setenta e cinco euros e setenta e sete cêntimos). ----------

------- **55 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 86 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 86 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dez de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9742/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e dezanove barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento.
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento.
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **43,69 € (quarenta e três euros e sessenta e nove cêntimos).**
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **524,28 € (quinhentos e vinte e quatro euros e vinte e oito cêntimos).**" --

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	43,69 €
outubro	43,69 €
novembro	43,69 €
dezembro	43,69 €
janeiro	43,69 €
fevereiro	43,69 €
março	43,69 €
abril	43,69 €
maio	43,69 €
junho	43,69 €
julho	43,69 €
agosto	43,69 €
Total (12 meses)	524,28 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 43,28€ (quarenta e três euros e vinte e oito cêntimos), perfazendo na

totalidade dos doze meses um apoio monetário de 524,28€ (quinhentos e vinte e quatro euros e vinte e oito cêntimos). ----------

------- **56 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 87 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 87 – Ano Letivo 2026/2027, datado de onze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9745/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e vinte barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,29 € (quarenta euros e vinte e nove cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **483,48 € (quatrocentos e oitenta e três euros e quarenta e oito cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	40,29 €
outubro	40,29 €
novembro	40,29 €
dezembro	40,29 €
janeiro	40,29 €
fevereiro	40,29 €
março	40,29 €
abril	40,29 €
maio	40,29 €
junho	40,29 €
julho	40,29 €
agosto	40,29 €
Total (12 meses)	483,48 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.

Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,29€ (quarenta euros e vinte e nove cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 483,48€ (quatrocentos e oitenta e três euros e quarenta e oito cêntimos). ----------

------- **57 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 88 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 88 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9779/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e vinte e oito barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **117,83 € (cento e dezassete euros e oitenta e três cêntimos).** ---
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 413,96 € (mil quatrocentos e treze euros e noventa e seis cêntimos).**" -

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	117,83 €
outubro	117,83 €
novembro	117,83 €
dezembro	117,83 €
janeiro	117,83 €
fevereiro	117,83 €
março	117,83 €
abril	117,83 €
maio	117,83 €
junho	117,83 €
julho	117,83 €
agosto	117,83 €
Total (12 meses)	1 413,96 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 117,83€ (cento e dezassete euros e oitenta e três cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 413,96€ (mil quatrocentos e treze euros e noventa e seis cêntimos). ----------

------- **58 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 89 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 89 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9781/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil setecentos e dois barra dois mil e vinte e seis, de vinte e

quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **330,00 € (trezentos e trinta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **3 960,00 € (três mil novecentos e sessenta euros).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	330,00 €
outubro	330,00 €
novembro	330,00 €
dezembro	330,00 €
janeiro	330,00 €
fevereiro	330,00 €
março	330,00 €
abril	330,00 €
maio	330,00 €
junho	330,00 €
julho	330,00 €
agosto	330,00 €
Total (12 meses)	3 960,00 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 330,00€ (trezentos e trinta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 3 960,00€ (três mil novecentos e sessenta euros e zero cêntimos). ----------

------- **59 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 90 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 90 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9787/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e vinte e nove barra dois mil e vinte e seis, de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **68,15 € (sessenta e oito euros e quinze cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **885,95 € (oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	68,15 €
setembro	68,15 €
outubro	68,15 €
novembro	68,15 €
dezembro	68,15 €
janeiro	68,15 €
fevereiro	68,15 €
março	68,15 €
abril	68,15 €
maio	68,15 €
junho	68,15 €
julho	68,15 €
agosto	68,15 €
Total (13 meses)	885,95 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 68,15€ (sessenta e oito euros e quinze cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 885,95€ (oitocentos e oitenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos). ----------

------- **60 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 91 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 91 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezasseis de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9811/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e quarenta e três barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **94,77 € (noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos).** ----
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 137,24 € (mil cento e trinta e sete euros e vinte e quatro cêntimos).**" -

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	94,77 €
outubro	94,77 €
novembro	94,77 €
dezembro	94,77 €
janeiro	94,77 €
fevereiro	94,77 €
março	94,77 €
abril	94,77 €
maio	94,77 €
junho	94,77 €
julho	94,77 €
agosto	94,77 €
Total (12 meses)	1 137,24 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 94,77€ (noventa e quatro euros setenta e sete cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 137,24€ (mil cento e trinta e sete euros e vinte e quatro cêntimos). ----------

------- **61 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 92 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 92 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9812/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua

informação três mil seiscentos e quarenta e quatro barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **74,81 € (setenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos).** ------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **972,53 € (novecentos e setenta e dois euros e cinquenta e três cêntimos).”** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
agosto	74,81 €
setembro	74,81 €
outubro	74,81 €
novembro	74,81 €
dezembro	74,81 €
janeiro	74,81 €
fevereiro	74,81 €
março	74,81 €
abril	74,81 €
maio	74,81 €
junho	74,81 €
julho	74,81 €
agosto	74,81 €
Total (13 meses)	972,53 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 74,81€ (setenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos), perfazendo na totalidade dos treze meses um apoio monetário de 972,53€ (novecentos e setenta e dois euros e cinquenta e três cêntimos). ----------

------- **62 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 93 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 93 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9813/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e quarenta e seis barra dois mil e vinte e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- " Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em 74,81 € (setenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos). ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **897,72 € (oitocentos e noventa e sete euros e setenta e dois cêntimos)." -**

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	74,81 €
outubro	74,81 €
novembro	74,81 €
dezembro	74,81 €
janeiro	74,81 €
fevereiro	74,81 €
março	74,81 €
abril	74,81 €
maio	74,81 €
junho	74,81 €
julho	74,81 €
agosto	74,81 €
Total (12 meses)	897,72 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 74,81€ (setenta e quatro euros e oitenta e um cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 897,72€ (oitocentos e noventa e sete euros e setenta e dois cêntimos). ----------

------- **63 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 94 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 94 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e um de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9894/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e setenta e dois barra dois mil e vinte e seis, de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **128,65 € (cento e vinte e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 543,80 € (mil quinhentos e quarenta e três euros e oitenta cêntimos).”** ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	128,65 €
outubro	128,65 €
novembro	128,65 €
dezembro	128,65 €
janeiro	128,65 €
fevereiro	128,65 €
março	128,65 €
abril	128,65 €
maio	128,65 €
junho	128,65 €
julho	128,65 €
agosto	128,65 €
Total (12 meses)	1 543,80 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 128,65€ (cento e vinte e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 543,80€ (mil quinhentos e quarenta e três euros e oitenta cêntimos). ----------

------- **64 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 95 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 95 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9896/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e setenta e quatro barra dois mil e vinte e

seis, de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **59,88 € (cinquenta e nove euros e oitenta e oito cêntimos).** -----

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **718,56 € (setecentos e dezoito euros e cinquenta e seis cêntimos).**" ------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	59,88 €
outubro	59,88 €
novembro	59,88 €
dezembro	59,88 €
janeiro	59,88 €
fevereiro	59,88 €
março	59,88 €
abril	59,88 €
maio	59,88 €
junho	59,88 €
julho	59,88 €
agosto	59,88 €
Total (12 meses)	718,56 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.

Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 128,65€ (cento e vinte e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 543,80€ (mil quinhentos e quarenta e três euros e oitenta cêntimos). ----------

------- **65 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 96 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 96 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9924/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e setenta e sete barra dois mil e vinte e seis, de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **76,80 € (setenta e seis euros e oitenta cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **921,60 € (novecentos e vinte e um euros e sessenta cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	76,80 €
outubro	76,80 €
novembro	76,80 €
dezembro	76,80 €
janeiro	76,80 €
fevereiro	76,80 €
março	76,80 €
abril	76,80 €
maio	76,80 €
junho	76,80 €
julho	76,80 €
agosto	76,80 €
Total (12 meses)	**921,60 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 76,80€ (setenta e seis euros e oitenta cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 921,60€ (novecentos e vinte e um euros e sessenta cêntimos). ----------

------- **66 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 97 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 97 – Ano Letivo 2026/2027, datado de quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9930/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e setenta e nove barra dois mil e vinte e seis, de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **174,64 € (cento e setenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **2 095,68 € (dois mil e noventa e cinco euros e sessenta e oito cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	174,64 €
outubro	174,64 €
novembro	174,64 €
dezembro	174,64 €
janeiro	174,64 €
fevereiro	174,64 €
março	174,64 €
abril	174,64 €
maio	174,64 €
junho	174,64 €
julho	174,64 €
agosto	174,64 €
Total (12 meses)	2 095,68 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 174,64€ (cento e setenta e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 2 095,68€ (dois mil e noventa e cinco euros e sessenta e oito cêntimos). ----------

------- **67 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 98 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 98 – Ano Letivo 2026/2027, datado de onze de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "9932/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil seiscentos e oitenta e um barra dois mil e vinte e seis, de

vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **70,32 € (setenta euros e trinta e dois cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **843,84 € (oitocentos e quarenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	70,32 €
outubro	70,32 €
novembro	70,32 €
dezembro	70,32 €
janeiro	70,32 €
fevereiro	70,32 €
março	70,32 €
abril	70,32 €
maio	70,32 €
junho	70,32 €
julho	70,32 €
agosto	70,32 €
Total (12 meses)	843,84 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 70,32€ (setenta euros e trinta e dois cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 843,84€ (oitocentos e quarenta e três euros e oitenta e quatro cêntimos). ----------

------- **68 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 99 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 99 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10327/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e treze barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **140,00 € (cento e quarenta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 680,00 € (mil seiscentos e oitenta euros).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	140,00 €
outubro	140,00 €
novembro	140,00 €
dezembro	140,00 €
janeiro	140,00 €
fevereiro	140,00 €
março	140,00 €
abril	140,00 €
maio	140,00 €
junho	140,00 €
julho	140,00 €
agosto	140,00 €
Total (12 meses)	**1 680,00 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 140,00€ (cento e quarenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 680,00€ (mil seiscentos e oitenta euros e zero cêntimos). ----------

------- **69 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 100 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 100 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e um de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10328/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e catorze barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: --------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **140,00 € (cento e quarenta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 680,00 € (mil seiscentos e oitenta euros).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	140,00 €
outubro	140,00 €
novembro	140,00 €
dezembro	140,00 €
janeiro	140,00 €
fevereiro	140,00 €
março	140,00 €
abril	140,00 €
maio	140,00 €
junho	140,00 €
julho	140,00 €
agosto	140,00 €
Total (12 meses)	**1 680,00 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 140,00€ (cento e quarenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 680,00€ (mil seiscentos e oitenta euros e zero cêntimos). ----------

------- **70 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 101 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 101 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10329/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua

informação três mil oitocentos e dezasseis barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: - ------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ---------- Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. -------- Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,07 € (quarenta euros e sete cêntimos).** ---------- Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **480,84 € (quatrocentos e oitenta euros e oitenta e quatro cêntimos).**" --

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	40,07 €
outubro	40,07 €
novembro	40,07 €
dezembro	40,07 €
janeiro	40,07 €
fevereiro	40,07 €
março	40,07 €
abril	40,07 €
maio	40,07 €
junho	40,07 €
julho	40,07 €
agosto	40,07 €
Total (12 meses)	**480,84 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,07€ (quarenta euros e sete cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 480,84€ (quatrocentos e oitenta euros e oitenta e quatro cêntimos). ----------

------- **71 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 102 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 102 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10330/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e dezassete barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **47,74 € (quarenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos).** ---

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **572,88 € (quinhentos e setenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos).**"

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	47,74 €
outubro	47,74 €
novembro	47,74 €
dezembro	47,74 €
janeiro	47,74 €
fevereiro	47,74 €
março	47,74 €
abril	47,74 €
maio	47,74 €
junho	47,74 €
julho	47,74 €
agosto	47,74 €
Total (12 meses)	572,88 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 47,74€ (quarenta e sete euros e setenta e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 572,88€ (quinhentos e setenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos). ----------

------- **72 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 103 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 103 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e um de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10332/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e dezoito barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: --------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **93,60 € (noventa e três euros e sessenta cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso o requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 123,20 € (mil cento e vinte e três euros e vinte cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	93,60 €
outubro	93,60 €
novembro	93,60 €
dezembro	93,60 €
janeiro	93,60 €
fevereiro	93,60 €
março	93,60 €
abril	93,60 €
maio	93,60 €
junho	93,60 €
julho	93,60 €
agosto	93,60 €
Total (12 meses)	1 123,20 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pelo requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 93,60€ (noventa e três euros e sessenta cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 123,20€ (mil cento e vinte e três euros e vinte cêntimos). ----------

------- **73 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 104 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 104 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10333/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua

informação três mil oitocentos e dezanove barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: - ------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ---------- Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. -------- Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **74,29 € (setenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos).** ------- Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **891,48 € (oitocentos e noventa e um euros e quarenta e oito cêntimos).**"

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	74,29 €
outubro	74,29 €
novembro	74,29 €
dezembro	74,29 €
janeiro	74,29 €
fevereiro	74,29 €
março	74,29 €
abril	74,29 €
maio	74,29 €
junho	74,29 €
julho	74,29 €
agosto	74,29 €
Total (12 meses)	**891,48 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 74,29€ (setenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 891,48€ (oitocentos e noventa e um euros e quarenta e oito cêntimos). ----------

------- **74 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 105 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 105 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10334/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e vinte barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **140,00 € (cento e quarenta euros).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 680,00 € (mil seiscentos e oitenta euros).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	140,00 €
outubro	140,00 €
novembro	140,00 €
dezembro	140,00 €
janeiro	140,00 €
fevereiro	140,00 €
março	140,00 €
abril	140,00 €
maio	140,00 €
junho	140,00 €
julho	140,00 €
agosto	140,00 €
Total (12 meses)	1 680,00 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e

desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 140,00€ (cento e quarenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 680,00€ (mil seiscentos e oitenta euros e zero cêntimos). ----------

------- **75 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 106 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 106 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10335/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e vinte e um barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,58 € (quarenta euros e cinquenta e oito cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **486,96 € (quatrocentos e oitenta e seis euros e noventa e seis cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	40,58 €
outubro	40,58 €
novembro	40,58 €
dezembro	40,58 €
janeiro	40,58 €
fevereiro	40,58 €
março	40,58 €
abril	40,58 €
maio	40,58 €
junho	40,58 €
julho	40,58 €
agosto	40,58 €
Total (12 meses)	**486,96 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,00€ (quarenta euros e zero cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 486,96€ (quatrocentos e oitenta e seis euros e noventa e seis cêntimos). ----------

------- **76 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 107 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 107 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10336/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e vinte e dois barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,91 € (quarenta euros e noventa e um cêntimos).** ----------
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **490,92 € (quatrocentos e noventa euros e noventa e dois cêntimos).**" ---

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	40,91 €
outubro	40,91 €
novembro	40,91 €
dezembro	40,91 €
janeiro	40,91 €
fevereiro	40,91 €
março	40,91 €
abril	40,91 €
maio	40,91 €
junho	40,91 €
julho	40,91 €
agosto	40,91 €
Total (12 meses)	**490,92 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro"*; ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos"*; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,91€ (quarenta euros e noventa e um cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 490,92€ (quatrocentos e noventa euros e noventa e dois cêntimos). ----------

------- **77 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 108 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 108 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10339/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua

informação três mil oitocentos e vinte e três barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: - ------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ---------- Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. -------- Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **59,26 € (cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos).** -------- Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **711,12 € (setecentos e onze euros e doze cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	59,26 €
outubro	59,26 €
novembro	59,26 €
dezembro	59,26 €
janeiro	59,26 €
fevereiro	59,26 €
março	59,26 €
abril	59,26 €
maio	59,26 €
junho	59,26 €
julho	59,26 €
agosto	59,26 €
Total (12 meses)	711,12 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 59,26€ (cinquenta e nove euros e vinte e seis cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 711,12€ (setecentos e onze euros e doze cêntimos). ----------

------- **78 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 109 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 109 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10340/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e vinte e quatro barra dois mil e vinte e seis, de dois de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,18 € (quarenta euros e dezoito cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **482,16 € (quatrocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos).**" ---

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	40,18 €
outubro	40,18 €
novembro	40,18 €
dezembro	40,18 €
janeiro	40,18 €
fevereiro	40,18 €
março	40,18 €
abril	40,18 €
maio	40,18 €
junho	40,18 €
julho	40,18 €
agosto	40,18 €
Total (12 meses)	**482,16 €**

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------

--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------

-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------

É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,18€ (quarenta euros e dezoito cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 482,16€ (quatrocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos). ----------

------- **79 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 110 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 110 – Ano Letivo 2026/2027, datado de vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10347/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------

------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua informação três mil oitocentos e vinte e nove barra dois mil e vinte e seis, de seis de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: -

------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------

Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------

Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **40,18 € (quarenta euros e dezoito cêntimos).** ----------

Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **482,16 € (quatrocentos e oitenta e dois euros e dezasseis cêntimos).**" ---

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	40,35 €
outubro	40,35 €
novembro	40,35 €
dezembro	40,35 €
janeiro	40,35 €
fevereiro	40,35 €
março	40,35 €
abril	40,35 €
maio	40,35 €
junho	40,35 €
julho	40,35 €
agosto	40,35 €
Total (12 meses)	482,20 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado. Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--*" a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro";* ----------
-- *"não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos";* ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------

------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 40,35€ (quarenta euros e trinta e cinco cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 482,20€ (quatrocentos e oitenta e dois euros e vinte cêntimos). ----------

------- **80 UNIDADE ORGÂNICA DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE APOIOS A CRECHES, AMAS SOCIAIS, ENSINO PRÉ-ESCOLAR E ATL – PROCESSO N.º 111 – ANO LETIVO 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um requerimento que faz parte do processo n.º 111 – Ano Letivo 2026/2027, datado de dezoito de setembro de dois mil e vinte e seis, residente no concelho de Mogadouro, registado com a referência "10348/26", em que solicitou Apoio ao Abrigo do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL. ----------
------- A técnica Superior de serviço social, Tânia Carvalho, na sua

informação três mil oitocentos e trinta barra dois mil e vinte e seis, de seis de outubro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer técnico: ----------
------- "Após confirmação dos documentos entregues, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento. ----------
Nesse sentido, o pedido apresentado cumpre os requisitos exigidos no presente regulamento. --------
Mais se informa que, tendo em conta o documento previsto na alínea f) do artigo 8º, o montante a atribuir mensalmente, importa em **92,84 € (noventa e dois euros e oitenta e quatro cêntimos).** ----
Assim sendo, tendo em consideração o valor da mensalidade e o número de meses de frequência, prevê-se, caso a requerente entregue o comprovativo do pagamento da mensalidade, junto dos serviços municipais, até ao dia 20 do mês a que respeita o pagamento (nº 2 e 3 do artigo 16º), um apoio monetário total de **1 114,08 € (mil cento e catorze euros e oito cêntimos).**" ----------

Mês	Valor da Mensalidade
setembro	92,84 €
outubro	92,84 €
novembro	92,84 €
dezembro	92,84 €
janeiro	92,84 €
fevereiro	92,84 €
março	92,84 €
abril	92,84 €
maio	92,84 €
junho	92,84 €
julho	92,84 €
agosto	92,84 €
Total (12 meses)	1 114,08 €

Face ao exposto, o(a) requerente reúne todas as condições para poder beneficiar do apoio solicitado.
Alertamos ainda que de acordo com o previsto no documento regulador, nomeadamente no seu artigo 10º: ----------
--" *a candidatura deverá ser renovada no início de cada ano letivo – 20 de setembro*"; ----------
-- "*não sendo os documentos para a candidatura e para a renovação entregues dentro do prazo estipulado no nº1 do presente artigo, o apoio só será atribuído a partir da data de instrução do processo nos termos definidos no artigo 8º e sem efeitos retroativos*"; ----------
É tudo quanto nos cumpre informar," ----------
------- Com base no parecer técnico supratranscrito e, no âmbito, das atribuições de que dispõe, nos domínios da educação e tempos livres e desporto, alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e do Regulamento de Apoios a Creches, Amas Sociais, Ensino Pré-Escolar e ATL, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de apoio formulado pela requerente, de acordo com a tabela supra, sendo o valor da mensalidade de 92,84€ (noventa e dois euros e oitenta e quatro cêntimos), perfazendo na totalidade dos doze meses um apoio monetário de 1 114,08€ (mil cento e catorze euros e oito cêntimos). ----------

------- **81 UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA A PRÁTICA DE AULAS DE JIU-JITSU BRASILEIRO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um pedido via email do Clube de Praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro na pessoa da presidente, Débora Chain, datado de sete de setembro de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "2026, EXP, E, GE,1977", onde solicitam a cedência de um espaço para a implementação de aulas de Jiu-Jitsu. ----------
------- Foi presente a informação número três mil seiscentos e vinte e um barra dois mil e vinte e seis, datada de dezassete de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------" .....

A Requerente, no documento remetido, menciona, ainda, que a referida escola/clube "*tem um foco especial no ensino para crianças, adolescentes e jovens, reforçando valores importantes para a formação de cidadãos, e trabalha também com públicos em situação de vulnerabilidade social, promovendo a sua integração*". ----------

Assim sendo, para a concretização/implementação deste projeto, em Mogadouro, **solicitam um espaço que reúna as seguintes condições**: ----------

- **Espaço livre de obstáculos:** Uma sala ampla, com pé direito adequado e sem colunas ou outros obstáculos que comprometam a segurança dos praticantes durante os treinos.
- **Espaço coberto:** Para garantir a regularidade das atividades, independentemente das condições climatéricas.
- **Espaço acessível:** Que permita o acesso a pessoas com mobilidade condicionada.
- **Instalações sanitárias:** Com casas de banho (masculina e feminina) para uso dos alunos.

Relativamente aos dias solicitados e horários pretendidos, referem: ----------

Propomos a utilização do espaço **nas terças-feiras e quintas-feiras, das 18h00 às 20h30, e aos sábados, das 10h00 ao meio-dia**, horário que consideramos adequado para atender os diferentes públicos-alvo e garantir a regularidade das atividades.

Relativamente ao pedido de cedência de instalações, caberá a V. Exa., salvo melhor opinião, a concessão/cedência de instalações municipais. ----------
Mais informamos V. Exa. de que o Município de Mogadouro tem cedidas, a instituições/associações diversas, alguns espaços, para dinamização de diversas atividades e/ou aulas, através de elaboração de protocolo específico. ----------
Informamos, ainda, de que, em anexo, se encontram, enviados pelo/a Requerente, os seguintes documentos: ----------
-- Estatutos do Clube; ----------
-- RCBE; ----------
-- Declaração de não dívida à Segurança Social; ----------
-- Declaração de não dívida à AT. ----------

É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Analisado o pedido e com base no parecer supratranscrito, a Câmara Municipal, por unanimidade, aprovar a cedência da Sala de Exposições da Casa da Cultura Rentes de Carvalho, para a realização de aulas de Jiu-Jitsu Brasileiro, nos seguintes dias e horários: ----------

- **Terças-feiras**, das 18h00 às 20h30; ----------
- **Sábados**, das 10h00 às 12h00. ----------

A cedência é autorizada pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo deliberação em contrário. ----------
------- Mais foi deliberado, ordenar aos serviços competentes a elaboração da minuta de Protocolo. ----------
------- Por fim, foi deliberado dar poderes ao senhor presidente da Câmara Municipal, para que, em representação do Município outorgue o respetivo Protocolo, cuja minuta será presente numa próxima reunião de Executivo. ---

------- **82 UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO/DONATIVO – REQUERENTE: FUTEBOL CLUBE MOGADOURENSE ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA – 2026/2027** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um pedido de Futebol Clube Mogadourense Associação Desportiva, datado de dez de setembro de dois mil e vinte e seis, com sede na Quinta da Agueira – 5200-202 concelho de Mogadouro, registado com a referência "2026,EXP,E,GE,2023", em que solicita apoio financeiro, cedência de estádio e a cedência de transporte municipal. ----------
------- A chefe da Unidade Orgânica de Música, Educação, Desporto e Juventude (Unidade Orgânica Flexível De 3.º Grau), Marta Madureira, na sua informação número três mil seiscentos e cinquenta barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e um de setembro de dois mil e vinte e seis, emitiu o seguinte parecer: ----------
-------"Serve o presente documento para informar V. Exa. de que o Futebol Clube Mogadourense Associação Desportiva, na pessoa do seu Presidente, Nelson Hélder Martins Moreira, com sede no Complexo Desportivo – Quinta da Agueira (5200-202), concelho de Mogadouro, com o NIF 504 762 184, solicitou a esta Câmara Municipal, ao abrigo do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, publicado em Diário da República – Apêndice n.º 175 – II Série – N.º 272, em 24 de novembro de 2003, a atribuição de um apoio/donativo monetário, para o mencionado Clube. ----------
Assim sendo, a presente solicitação tem enquadramento no Regulamento anteriormente referido. ---
Informa-se, então, V. Exa. de que o referido requerente forneceu os elementos[1] constantes no ponto 1 e respetivas alíneas do artigo n.º 5 do mesmo Regulamento, **exceto**: ----------
-- o(s) documento(s) da alínea g), por **não se aplicar**. ----------
Mais comunicamos a V. Exa. de que a Instituição em causa não fez, nos diversos documentos enviados, menção à alínea h) do ponto e artigo citado no parágrafo anterior, isto é "*indicação, pela entidade requerente, de eventuais pedidos de financiamento formulados ou a formular a outras pessoas, individuais ou coletivas, particulares ou de direito público, e qual o montante, a título de subsídio, recebido ou a receber*", porém, no documento remetido (Previsão de Receitas), prevê auferir, em "Publicidade/Merchandising/Parceiros/Outros", o valor de 9000,00 € (nove mil euros). -

Entregou, ainda, de acordo com a legislação em vigor, **o Registo Central do Beneficiário Efetivo** (RCBE)[2]. ----------
Tratando-se de uma Associação/Clube sem fins lucrativos que pretende: ----------
-- Fomentar a prática do futebol e atletismo no concelho de Mogadouro; ----------
-- Formar diversos jovens praticantes nas modalidades anteriormente referidas; ----------
-- Agilizar e competir em/com vários escalões de formação, na associação de Futebol de Bragança e na Associação de Atletismo de Bragança; ----------
Vem requerer a V. Exa. um donativo/apoio no valor de **65000,00 €** (sessenta e cinco mil euros), tendo como previsão de despesas, para a época em causa (2026-2027), um valor de 80000,00 € (oitenta mil euros). ----------
Assim sendo, perante o exposto e atendendo aos documentos apresentados (em anexo), caso V. Exa. assim o entenda, a referida Associação/Clube reúne as condições necessárias e poder-lhe-á ser atribuído um apoio monetário, no montante que considere adequado, para a comparticipação/realização da(s)/na(s) referida(s) atividade(s). ----------
Para além do apoio monetário referido anteriormente, a Instituição em causa solicita, também: ------

- Cedência do Estádio

- Cedência de transporte municipal (autocarro) para todas as deslocações das equipas de formação aos jogos oficiais a realizar fora do concelho, conforme o calendário de competições (calendário enviado depois do sorteio).

À consideração Superior," ----------
------- Analisado o pedido e com base na informação supratranscrita, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade dos presentes, ao abrigo do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, atribuindo-lhe um apoio monetário no valor de trinta mil euros (30.000,00€), destinados às atividades do Futebol Clube Mogadourense, após cabimentação pelos serviços de Contabilidade, mediante celebração de Contrato-Programa e a pagarem três prestações. ----------
------- Mais foi deliberado autorizar: ----------

- A cedência do Estádio Municipal; ----------
- A disponibilização de transporte municipal para assegurar as deslocações das equipas de formação aos jogos oficiais a realizar fora do concelho, de acordo com o respetivo calendário desportivo, destinando-se o referido transporte exclusivamente aos jogadores e elementos da equipa técnica. ----------

------- Mais foi deliberado nomear a chefe da UOMEDJ - Unidade Orgânica de Música, Educação, Desporto e Juventude (Unidade Orgânica Flexível de 3.º Grau), Marta Madureira como gestora do contrato. ----------
------- **IMPEDIMENTOS**: - O senhor vereador, José Freitas, não esteve presente no momento da análise nem da votação deste assunto, cumprindo-se o disposto no versado no n.º 6 do artigo 55.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. ----------

------ **83 UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À ALTERAÇÃO DO HORÁRIO – AULA IOGA – GIRASOLO – COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente um pedido, pela Comunidade de Aprendizagem Girasolo, datado de catorze de setembro de dois mil e vinte e seis, registado com a referência "2025, CBIBL, I, GE, 3705", onde solicitam a alteração do horário da aula de loga. ----------
------- Foi presente a informação número três mil setecentos e cinco barra dois mil e vinte e seis, datada de vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"Serve o presente documento para informar V. Exa. de que a Girasolo – Comunidade de Aprendizagem, na pessoa da Exma. Sra. Priscila Oliveira, enviou a este Município, no passado dia 14 de setembro, um email onde solicita a alteração do horário da aula de Ioga Adulto para os domingos, das 18:00 h às 19:00 h, em detrimento do horário requerido anterior (quartas-feiras, das 19:15h às 20:15 h). ----------
Comunica-se que, o horário das quintas-feiras, para o público infantil, deve manter-se, dado que a Requerente nada refere. ----------
Mais se informa de que, na solicitação anterior, a cedência do espaço em causa (sala de Exposições da Casa da Cultura J. Rentes de Carvalho), foi cedido através de deliberação de Reunião de Câmara, com posterior elaboração de Protocolo de Cedência." ----------
------- Analisado o pedido e com base no parecer supratranscrito, a Câmara Municipal, por unanimidade, autorizar a alteração do horário da aula de loga Adulto para os domingos, das 18:00 h às 19:00 h, em detrimento do horário requerido anterior (quartas-feiras, das 19:15h às 20:15 h). ----------
------- Mais foi deliberado aprovar a elaboração de uma adenda ao protocolo, com vista à alteração da respetiva cláusula 2.ª. ----------

------- **84 UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE ÀS NORMAS DE CONCURSO INTERMUNICIPAL DE LEITURA SÉNIOR – FASE MUNICIPAL – MOGADOURO – 23 DE OUTUBRO DE 2026** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pela senhora vereadora, Márcia Barros, datado de trinta de

setembro de dois mil e vinte e seis, sobre a informação número três mil setecentos e cinquenta e cinco barra dois mil e vinte e seis, da chefe da UOMEDJ – Unidade Orgânica de Música, Educação, Desporto e Juventude, Marta Madureira, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Aprovo as presentes normas, após verificação de fundos disponíveis e cabimentação pela UOF. Ao executivo para ratificação." ----------

------- **85 UNIDADE ORGÂNICA DE MÚSICA, EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PROJETO DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DO ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE MOGADOURO** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil oitocentos e cinquenta e nove barra dois mil e vinte e seis, datada de sete de outubro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"A pedido de V. Exa., junto se envia, em anexo, para efeitos de provação em Reunião de Câmara, o Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior do Município de Mogadouro.
É tudo quanto nos cumpre informar." ----------
------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior do Município de Mogadouro. ---------
------- Mais foi deliberado submeter o referido projeto de regulamento a apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), a contar da data da sua publicação no Diário da República, 2.ª série. -

------- **86 UNIDADE ORGÂNICA DE CULTURA E TURISMO (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ORÇAMENTO DOS GORAZES – 2026** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de trinta de setembro de dois mil e vinte e seis, sobre a informação número três mil setecentos e vinte e dois barra dois mil e vinte e seis, do chefe da UOCT – Unidade Orgânica de Cultura e Turismo, Amílcar Monteiro, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Concordo com a informação, aprovo subsídio no montante de 225 000,00€ bem como um adiantamento de 150 000,00€ após verificação de fundos disponíveis e respetivo cabimento. À contabilidade para efeitos. Ao executivo para ratificação." ----------

------- O Senhor Vereador Francisco Guimarães solicitou a palavra, tendo procedido à leitura da seguinte intervenção: ----------
-------"Apresenta a ACISM um orçamento da despesa para a realização da Feira dos Gorazes 2026,

no montante de 269.206,00 euros, ao qual o Sr. Presidente atribuiu por despacho de 30-09-20026, um subsídio no montante de 225.000,00 euros. ----------
Ao longo destes 5 anos para a realização desta feira anual, verifica-se que o Município em 2022 aprovou um subsídio no montante de 80.000,00 euros, em 2023 este subsídio passou para 165.000,00 euros, no ano de 2024 e 2025 o subsídio passou para o montante 225.000,00 euros, mantendo-se este valor para o ano 2026. ----------
Este orçamento previsional de despesa apresenta um custo global com espetáculos no valor de 136.266,00 euros, um custo com stands e barracas exteriores de 43.972,50 euros, um custo com segurança no valor de 15.990,00, com a G.N.R o custo de 3.000,00 euros. ----------
Ou seja, só estas 4 rubricas de despesa somam a quantia de 199.228,50 euros. ----------
Como já referi em anos anteriores deveria sim dar-se prioridade na promoção de eventos, concursos, e/ou outros, que promovessem as nossas raças autóctones, os nossos produtos locais e os produtos da terra, fazendo assim jus àquilo que a feira dos Gorazes representa desde tempos imemoriais que era a tradicional feira do final das colheitas. ----------
No entanto e embora discorde de alguma forma como nos últimos anos tem sido organizada a feira dos Gorazes, a qual chamarei mais de uma Festa dos Gorazes, votarei a favor da ratificação do subsídio atribuído para o ano de 2026." ----------

------- **87 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) - INFORMAÇÃO REFERENTE À ALTERAÇÃO DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil setecentos e setenta e seis barra dois mil e vinte e seis, datada de trinta de setembro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"Alteração da repartição de encargos plurianuais e reprogramação do compromisso plurianual – CPI nº. 1/2025, relativo ao Concurso Público Internacional n.º 1/2025, promovido pela Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos (AMDSFE), para a «Prestação de Serviços de Gestão de Recolha e Transporte de Resíduos, Lavagem e Manutenção de Contentores e Limpeza Urbana para os Municípios do Douro Superior». ----------
Considerando que: ----------
- foi oportunamente autorizada, pelos órgãos municipais competentes, a assunção do compromisso plurianual correspondente à participação do Município no procedimento em referência, com uma programação financeira inicialmente reportada aos anos económicos de 2025 a 2035; ----------
- a tramitação do Concurso Público Internacional se prolongou para além da calendarização inicialmente estimada, tendo o início da execução contratual e financeira sido diferido para 2026; --
- o Conselho Diretivo da AMDSFE deliberou, em 19 de junho de 2026, adjudicar o procedimento à FCC MEIO AMBIENTE, S.A., pelo preço contratual global de 19.799.847,80 €, acrescido de IVA à taxa legal aplicável, para um prazo de 120 meses; ----------
- na mesma data, a Assembleia Intermunicipal da AMDSFE aprovou a alteração da repartição global dos encargos plurianuais, substituindo o horizonte temporal de 2025-2035 pelo período de 2026-2036, e a correspondente reprogramação do compromisso plurianual; ----------
- a alteração em causa decorre do diferimento temporal do início da execução, impondo que as autorizações municipais anteriormente concedidas sejam igualmente conciliadas com o novo horizonte de execução, designadamente quanto ao encargo a suportar no ano económico de 2036; --
- nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual, a assunção de compromissos plurianuais, incluindo a sua reprogramação, no subsetor da administração local está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal; ----------

- o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual, regula a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a respetiva reprogramação no subsetor local; ----------
- o artigo 22.º, n.ºs 1, 2 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, exige a autorização do órgão deliberativo e a fixação dos limites máximos dos encargos correspondentes a cada ano económico; ----------
- compete à Câmara Municipal apresentar à Assembleia Municipal propostas sobre matérias da competência desta, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; ----------
- o contrato celebrado pela AMDSFE se encontra sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, devendo a documentação financeira e deliberativa dos Municípios participantes revelar-se coerente com a repartição temporal efetivamente aplicável, ajustável aos meses em falta até final de 2026. ----------

Repartição anual da participação do Município: ----------

Ano	Encargo máximo (€) - IVA incluído
2026	107 159,21 €
2027	428 636,83 €
2028	428 636,83 €
2029	428 636,83 €
2030	428 636,83 €
2031	428 636,83 €
2032	428 636,83 €
2033	428 636,83 €
2034	428 636,83 €
2035	428 636,83 €
2036	321 477,62 €
TOTAL	**4 286 368,30 €**

Proposta de deliberação

1. Aprovar a proposta de alteração da repartição dos encargos plurianuais correspondente à participação do Município de Mogadouro no CPI n.º 1/2025, substituindo a programação anteriormente reportada a 2025-2035 pela nova programação para os anos económicos de 2026 a 2036, de acordo com o quadro financeiro supra, após validação dos respetivos montantes pelos serviços financeiros municipais e respetiva alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão do ano de 2036; ----------
2. Aprovar a correspondente proposta de reprogramação do compromisso plurianual; ----------

3. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para autorização da alteração da repartição dos encargos e da reprogramação do compromisso plurianual, nos termos da legislação aplicável; ----------
4. Determinar que, após a deliberação da Assembleia Municipal, sejam promovidas as necessárias atualizações dos instrumentos previsionais, registos orçamentais, contabilísticos e demais suportes legalmente exigíveis; ----------
5. Determinar a remessa à AMDSFE de certidão das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, acompanhada, quando aplicável, dos elementos financeiros atualizados necessários à instrução do processo de fiscalização prévia junto do Tribunal de Contas. ----------
À consideração de V. Exa." ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade o seguinte: ----------

1. Aprovar a proposta de alteração da repartição dos encargos plurianuais correspondente à participação do Município de Mogadouro no CPI n.º 1/2025, substituindo a programação anteriormente reportada a 2025-2035 pela nova programação para os anos económicos de 2026 a 2036, de acordo com o quadro financeiro supra, após validação dos respetivos montantes pelos serviços financeiros municipais e respetiva alteração modificativa ao Plano de Atividades Municipais, com a inclusão do ano de 2036; ----------
2. Aprovar a correspondente proposta de reprogramação do compromisso plurianual; ----------
3. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para autorização da alteração da repartição dos encargos e da reprogramação do compromisso plurianual, nos termos da legislação aplicável; ----------
4. Determinar que, após a deliberação da Assembleia Municipal, sejam promovidas as necessárias atualizações dos instrumentos previsionais, registos orçamentais, contabilísticos e demais suportes legalmente exigíveis;
5. Determinar a remessa à AMDSFE de certidão das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, acompanhada, quando aplicável, dos elementos financeiros atualizados necessários à instrução do processo de fiscalização prévia junto do Tribunal de Contas. ----------

------- **88 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 4.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA DESPESA DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Presente, analisada e explicada pelo senhor presidente da Câmara, António Pimentel, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a quarta alteração modificativa ao Orçamento da Despesa, na importância de cinquenta e um mil euros, em diminuições/anulações e em inscrições/reforços, para o ano de 2026 e de trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e oito euros, em inscrições/reforços e de zero euros, em anulações/diminuições, para o ano de 2036. ----------

------- Mais foi deliberado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, submeter a presente deliberação à votação da Assembleia Municipal.

------- **89 UNIDADE ORGÂNICA FINANCEIRA (UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU) – 2.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES DO ANO 2026** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Presente, analisada e explicada pelo senhor presidente da Câmara, António Pimentel, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a segunda alteração modificativa ao Plano de Atividades, na importância de zero euros, em inscrições/reforços e de cinquenta mil euros, em diminuições/anulações para o ano de 2026 e de trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e setenta e oito euros, em inscrições/reforços e de zero euros, em anulações/diminuições, para o ano de 2036. ----------

------- Mais foi deliberado nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, submeter a presente deliberação à votação da Assembleia Municipal. -

------- **90 MUNICÍPIO DE ALFANDEGA DA FÉ - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A DIVULGAÇÃO COM VIATURA MUNICIPAL EQUIPADA DE SOM NO CONCELHO DE MOGADOURO - I ENCONTRO DE MISSIONÁRIOS DIGITAIS** – RATIFICAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO: - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, com fundamento no n.º 3 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 , de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho, adiante transcrito, proferido pelo senhor presidente, António Pimentel, datado de vinte e um de setembro de dois mil e vinte e seis, sobre o assunto em epígrafe: ----------
-------"Defiro o presente pedido com isenção de taxas. Á DCIA/Balcão Único para efeitos. Ao executivo para ratificação." ----------

------- **91 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO AUTO DE CONFORMIDADE E ENTREGA DO PONTÃO DO AZIBO – MEDIDA DE MITIGAÇÃO MM14, SUBMEDIDA MC.5.06, DO APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICO DO BAIXO SABOR, E AUTORIZAÇÃO PARA A RESPETIVA OUTORGA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a proposta do senhor presidente da Câmara, António Pimentel, datada de oito de outubro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------
-------"**PROPOSTA** ----------
Aprovação da minuta do Auto de Conformidade e Entrega do Pontão do Azibo — Medida de Mitigação MM14, Submedida MC.5.06, do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, e autorização para a respetiva outorga ----------
Considerando que: ----------
I. No âmbito da construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, foi prevista a execução de um conjunto de medidas de mitigação e compensação dos impactes decorrentes da implantação deste empreendimento, designadamente ao nível do restabelecimento de acessibilidades e caminhos rurais afetados. ----------

II. Entre estas medidas encontra-se a **Medida de Mitigação MM14 — Restabelecimento de Caminhos Rurais,** concretizada, no caso em apreço, através da **Submedida MC.5.06 — Construção do Pontão do Azibo,** infraestrutura destinada a melhorar as condições de acessibilidade e circulação entre propriedades localizadas nas margens do rio Azibo, nos territórios dos municípios de Mogadouro e Macedo de Cavaleiros. ----------

III. A construção desta infraestrutura, concluída em 21 de novembro de 2025, representa uma melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade rural, contribuindo para a redução das distâncias de deslocação, para a ligação entre os territórios envolvidos e para o apoio às atividades económicas, designadamente agrícolas e florestais. ----------

IV. O Pontão do Azibo constitui, assim, uma infraestrutura de interesse público local e intermunicipal, cuja integração na rede de acessibilidades dos municípios envolvidos se reveste de relevância para a valorização e funcionalidade dos respetivos territórios. ----------

V. Na sequência da conclusão da construção do Pontão do Azibo, é necessário oficializar a passagem desta infraestrutura para o domínio dos Municípios, mediante a assinatura do respetivo **Auto de Conformidade e Entrega,** a celebrar entre a MOVHERA — Hidroelétricas do Norte, S.A., a ENGIE — Hidroelétricas do Douro, Lda., o Município de Mogadouro e o Município de Macedo de Cavaleiros. ----------

VI. O referido documento prevê que, após a verificação das condições de conformidade e funcionalidade da infraestrutura, os municípios de Mogadouro e Macedo de Cavaleiros assumam a titularidade dominial das partes do Pontão situadas nos respetivos territórios, bem como as responsabilidades inerentes à sua conservação, manutenção e exploração. ----------

VII. A Lei n.° 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, definindo as respetivas atribuições e competências. Nos termos do artigo 23. ° do Anexo I à referida lei, os municípios prosseguem atribuições nos domínios dos transportes e comunicações, do ordenamento do território e urbanismo e da promoção do desenvolvimento, entre outros, nos termos legalmente previstos. ----------

VIII. Por sua vez, a alínea qq) do n.° 1 do artigo 33. ° do mesmo diploma estabelece que compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal. ----------

V — Proposta ----------

Face ao exposto, considerando a relevância territorial e o interesse público associado ao Pontão do Azibo, bem como as competências legalmente atribuídas à Câmara Municipal, proponho que a Câmara Municipal de Mogadouro delibere: ----------

1. Aprovar a minuta do Auto de Conformidade e Entrega do Pontão do Azibo — Medida de Mitigação MM 14, Submedida MC.5.06, do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, que se anexa à presente proposta;

2. Determinar que, previam ente à assinatura do referido Auto, sejam obtidas ou confirmadas as informações técnicas e jurídicas necessárias à verificação da conformidade da infraestrutura, das condições da sua entrega, da titularidade dominial e da delimitação das responsabilidades a assumir pelo Município; ----------

3. Autorizar o Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, António Pimentel, a outorgar o referido Auto, em representação do Município; ----------

4. Determinar que, após a formalização da entrega, os serviços municipais competentes promovam os procedimentos administrativos, cadastrais e patrimoniais necessários à identificação e integração da infraestrutura na esfera de responsabilidade municipal, nos termos legalmente aplicáveis. ---------

5. Determinar que os serviços municipais competentes assegurem a articulação com o Município de Macedo de Cavaleiros relativamente às condições de gestão, conservação e manutenção da infraestrutura, tendo em conta a sua localização intermunicipal." ----------

------- Analisada a proposta supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

1. Aprovar a minuta do Auto de Conformidade e Entrega do Pontão do Azibo — Medida de Mitigação MM 14, Submedida MC.5.06, do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, que se anexa à presente proposta; ----------
2. Determinar que, previam ente à assinatura do referido Auto, sejam obtidas ou confirmadas as informações técnicas e jurídicas necessárias à verificação da conformidade da infraestrutura, das condições da sua entrega, da titularidade dominial e da delimitação das responsabilidades a assumir pelo Município; ----------
3. Autorizar o Presidente da Câmara Municipal de Mogadouro, António Pimentel, a outorgar o referido Auto, em representação do Município; ----------
4. Determinar que, após a formalização da entrega, os serviços municipais competentes promovam os procedimentos administrativos, cadastrais e patrimoniais necessários à identificação e integração da infraestrutura na esfera de responsabilidade municipal, nos termos legalmente aplicáveis. ------
5. Determinar que os serviços municipais competentes assegurem a articulação com o Município de Macedo de Cavaleiros relativamente às condições de gestão, conservação e manutenção da infraestrutura, tendo em conta a sua localização intermunicipal." ----------

------- **92 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE À CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE BAR/ESPLANADA – SITO NA RIBEIRA DO JUNCAL – ATA** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil oitocentos e oitenta e três barra dois mil e vinte e seis, datada de oito de outubro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Em cumprimento da deliberação do executivo do executivo camarário em reunião de Câmara datada de 08/09/2026, cumpre-nos informar que se junta em anexo a **ATA** da **"CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM EDIFICIO DE BAR/ESPLANADA – SITO NA RIBEIRA DO JUNCAL"**, para efeitos de aprovação da Ex.ma Câmara. ----------

É tudo quanto nos propomos informar." ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adjudicar a concessão da exploração do edifício destinado a bar/esplanada, sito na Ribeira do Juncal, à única concorrente, Sónia Alexandra Correia da Graça Ferreira, pelo valor mensal de 150,00€ (cento e cinquenta euros) /mês. ----------

------- **93 DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E ADMINISTRATIVA – INFORMAÇÃO REFERENTE AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO/DECLARAÇÃO E NÃO OPOSIÇÃO À CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E DA TITULARIDADE DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE HOTEL (PROCESSO N.º 30/26)** – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi presente a informação número três mil e novecentos barra dois mil e vinte e seis, datada de nove de outubro de dois mil e vinte e seis, com o seguinte teor: ----------

-------"Em cumprimento do despacho de V.ª Ex.ª de 8/10 do corrente ano, exarado no pedido

apresentado pela Pavieste – Execução Técnica de Pavimentos, SA, NIPC 503910171, com sede na Rua da Saibreira, 197, 4415-532 Grijó, sobre o pedido de autorização/declaração de não oposição à cessão da posição contratual e da titularidade do projeto de construção de hotel (Proc. 30/26), informamos o seguinte: ----------

O Município de Mogadouro alienou, mediante concurso público por hasta pública o prédio urbano sito em Mogadouro (antigos serviços do Ministério da Agricultura), tento o mesmo sido adjudicado à sociedade Pavieste, S. A. ----------

A referida venda foi outorgada com uma condição resolutiva expressa: a obrigação de construção e licenciamento de um Empreendimento Turístico Hoteleiro dentro dos prazos imperativos fixados no concurso. ----------

As peças do procedimento administrativo evidenciado são omissas quanto à faculdade ou proibição de cedência da posição contratual a terceiros. ----------

Perante esta omissão, a eficácia da cessão da posição contratual fica dependente do consentimento do contraente Município de Mogadouro, nos termos previstos no artigo 424.º n.º 1 do Código Civil.

O ato administrativo a tomar pelo executivo assenta no poder discricionário da Administração, pautado pelo princípio da prossecução do interesse público. ----------

A alienação não visou a mera especulação imobiliária, mas sim o desenvolvimento económico local na sua vertente turística, pelo que a condição resolutiva adstrita ao imóvel vincula real e obrigacionalmente a adquirente, ----------

A cessionária Alertatitude – LDA é uma empresa do mesmo grupo económico, tendo as duas sociedades a mesma estrutura societária, como se comprova pelas certidões permanentes e pelas declarações de Registo Central de Beneficiário efetivo, anexas ao pedido. ----------

A indicação da sociedade Alertatitude, Lda, como cessionária, com a garantia expressa de manutenção integral do projeto de arquitetura, dos prazos regulamentares e das condições de licenciamento aprovadas, cumpre o princípio da estabilidade objetiva do procedimento hoteleiro. ---

Adicionalmente, a consagração expressa da responsabilidade solidária manifestada pela Pavieste, S.A., afasta o risco de esvaziamento de garantias, assegurando que o Município de Mogadouro mantem os dois patrimónios societários vinculados ao cumprimento da condição resolutiva de construção do hotel. ----------

Pelo exposto, somos de parecer no sentido de que é legalmente admissível a autorização para a cessão da posição contratual e da titularidade do projeto no âmbito do Proc. 30/26, desde que a deliberação a tomar pela Câmara fique condicionada à assunção expressa e solidária de todas as obrigações e cláusulas resolutivas originais por parte da cessionária. ----------

Junto anexo minuta de não oposição/autorização." ----------

------- Analisada a informação técnica supratranscrita, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cessão da posição contratual e da titularidade do projeto no âmbito do Proc. 30/26, condicionada à assunção expressa e solidária de todas as obrigações e cláusulas resolutivas originais por parte da cessionária. ----------

------- Mais foi deliberado aprovar a declaração de não oposição/autorização, anexa à informação técnica supratranscrita. ----------

------- **PAGAMENTOS**: - A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos efetuados entre o dia vinte e dois de setembro e doze de outubro de dois mil e vinte e seis na importância de um milhão, novecentos e vinte e um mil, novecentos e setenta um euros e vinte e oito cêntimos (1.921.971,28€). ------

------- ENCERRAMENTO: - Foi, finalmente, deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, a fim de que tudo o que foi tratado na reunião se torne executório imediatamente, tendo o senhor presidente da Câmara, António Joaquim Pimentel, encerrado a reunião às onze horas e dois minutos, de que para constar se lavrou a presente ata, que eu Maria José Miguel Lopes Maria José Miguel Lopes, chefe da Divisão de Contratualização, Informática e Administrativa, coadjuvada pela Técnica Superior, Liliana Alexandra Pereira Martins, redigi e subscrevi: ----------

António Joaquim Pimentel